convergência

OUT — 1977 — ANO X — Nº 106

- **CATEQUESE E MOVIMENTO DE JUVENTUDE**
  Pe. J. B Libânio, SJ — página 451

- **TESTEMUNHO E AÇÃO DO RELIGIOSO NA EVANGELIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO,** página 465
  Frei Luis Maria Alves Sartori, OFM

- **AUTOCATEQUESE E CATEQUESE PERMANENTE**
  Dom Estêvão Bettencourt, OSB — página 479

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar (ZC-06) — 20.000 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa unica (via terrestre ou aérea) ...	Cr$ 150,00
Exterior: maritima	US$ 17,00
aérea	US$ 25,00
Número avulso	Cr$ 15,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO". Dez anos vivendo isto. Dez anos de CONVERGÊNCIA. Coragem de caminhar e fazer caminhar. A partir da experiência e da vida. À luz da fé que alicerça nossa vida de Religiosos e lhe dá sentido. Procura e renovação que não cessam. Caminhar na Igreja e com a Igreja, de hoje e de sempre.

Registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL **449**

●

CATEQUESE E MOVIMENTO DE JUVENTUDE, Pe. J. B. Libânio, SJ **451**

●

TESTEMUNHO E AÇÃO DO RELIGIOSO NA EVANGELIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO, Frei Luís Maria Alves Sartori, OFM .. **465**

●

AUTOCATEQUESE E CATEQUESE PERMANENTE, Dom Estêvão Bettencourt, OSB **479**

●

A CATEQUESE NO BRASIL. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, Riolando Azzi **491**

EDITORIAL

O Sínodo dos Bispos, em andamento em Roma, está refletindo sobre a catequese da Igreja em nosso tempo. O tratamento deste tema, pelos padres sinodais, dará especial atenção à catequese das crianças e dos jovens. A propósito afirma o documento preparatório para a Assembléia do Sínodo e enviado às Conferências episcopais para observações: "Como sucede no âmbito mais amplo da sociedade civil, é a partir dos problemas e exigências das novas gerações que emerge mais concretamente, também para a Igreja, a urgência de uma atenta reflexão e de uma renovação. Por exemplo, entre as crianças e os jovens se observa com maior força, às vezes não sem contradições, a necessidade de uma fé mais consciente e mais coerente. São eles que, por tantos conceitos, interpelam mais fortemente a Igreja" (Sedoc 9/1110).

Logo, em seguida, o documento faz referência explícita à catequese das novas gerações: "As crianças e os jovens, por muitos motivos, constituem um mundo especial e devem ser considerados não somente pelo que serão amanhã, como pelo que já são hoje. Contudo, os jovens são os adultos de amanhã e trazem a toda sociedade as esperanças da continuidade e da renovação. O mesmo acontece com referência à Igreja. A eles caberá a responsabilidade de viver e dar entre os homens o testemunho da fé não somente hoje, como também amanhã. Daí a preocupação

da Igreja de que a catequese das novas gerações não caia nos riscos da moda e da demagogia, sem que responda a suas expectativas. Da mesma forma, o desejo da Igreja de que a catequese das novas gerações seja uma catequese de autêntica liberdade e de autêntica criatividade cristã" (Sedoc 9/1116).

Certamente a Igreja, ao dar ênfase mais forte à catequese das crianças e dos jovens, de nenhum modo pretende descuidar da obra educativa conjunta da ação eclesial e da atenção aos fiéis de todas as idades e condições. Pretende antes, sob este enfoque, mostrar que as crianças e os jovens constituem um veemente apelo para que os cristãos e os religiosos despertem para a missão de sua própria vocação e à responsabilidade de educação dos mesmos. Quiçá será um apelo também para que os responsáveis pela catequização das crianças e dos jovens de hoje façam uma revisão dos métodos, linguagem e conteúdos a serem transmitidos.

Será outrossim, um motivo, um alerta para que os cristãos e os religiosos atentem para uma revisão de sua própria formação pessoal, no aspecto vivencial da fé.

Estimado Leitor! Através das páginas que seguem, CONVERGÊNCIA, aborda com maior amplitude o que acabamos de frisar acima. Neste número você encontrará farta matéria para lhe ajudar no acompanhamento e reflexão sobre o tema do Sínodo atual e para a sua própria interiorização.

Quanto à catequese da faixa juvenil, **Pe. João Batista Libânio, SJ,** membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB, escreveu um extenso trabalho, no qual relata as insatisfações, os problemas, interpelações, dos jovens de hoje. Apresenta reflexões sobre as exigências dos jovens no campo da fé, da comunidade, do compromisso e da opção.

Frei Luís M. Sartori, OFM, em seu artigo convida os religiosos para a encarnação no mundo do trabalho. Portanto, aborda a catequese sob o aspecto da situação social.

Com um texto profundamente reflexivo, **Dom Estêvão Bettencourt, OSB,** interpela aos religiosos sobre a necessidade da autocatequese. Convida para a Formação Permanente dos mesmos, para que haja constante renovação pessoal, cultural e espiritual; exigências do crescimento humano e do crescimento continuado no Cristo.

Finalmente, **Riolando Azzi,** apresenta um completo trabalho sobre a história da Catequese no Brasil.

Com estes textos, Convergência, espera ter ajudado à sua informação e formação.

Pe. Celso Sehn, MSF

CATEQUESE
E
MOVIMENTO DE JUVENTUDE

Pe. J. B. Libânio, SJ
Rio de Janeiro, RJ

A nossa relação livre com a liberdade de Deus, chama-se oração.

Introdução

O Sínodo de 1974. Já no Sínodo de 1974, ecoaram, na Aula Magna conciliar, vozes preocupadas com a defasagem da prática pastoral da Igreja e os anseios da juventude de hoje. De um lado, ficou claro aos padres sinodais a crescente importância do setor jovem no seio da sociedade, seja como uma força contestadora, seja mesmo como um campo de disputas para as ideologias; doutro lado, perceberam a perplexidade da Igreja diante dessa onda montante. A juventude dirige à Igreja fortes críticas sobre sua conduta, a respeito de sua pregação moral religiosa carregada de excesso de preocupação por questões sexuais descurando, por sua vez, a problemática social e por causa de suas alianças com os poderes dominantes (1).

Uma juventude, que assume cada vez mais uma posição de soberana liberdade diante dos entraves e tabus sexuais, perde o interesse para com a Igreja, identificada na sua consciência, como a guardiã vigilante e proibidora do prazer sexual. E veio ainda confirmar essa consciência a "Declaração sobre alguns pontos de Ética Sexual" da Congregação para a Doutrina da fé (2). Sem querer aprofundar esse problema, vale entretanto a gravidade da constatação de que, depois de longos séculos pregando tanto a castidade e tão pouco a justiça social, nos encontramos diante de uma situação de tão pouca castidade e de menos justiça ainda.

O P. Buttimer, padre sinodal de 1974, Superior Geral dos Irmãos das Escolas Cristãs, chama a atenção para os tipos de exigências que constatara em um amplo grupo de jovens de condições econômicas, étnicas, etárias diferentes. Identificando, como era de supor, a Igreja com a hierarquia, esperam dessa antes de tudo, sinceridade e autenticidade, sobretudo a respeito do estilo de vida e da entrega efetiva de si mesmos aos valores supremos e transcendentes. Esperam também da Igreja compreensão e sensibilidade a respeito de seus problemas de jovens de um lado, e doutro, querem que ela os estimule, os desafie, os provoque a um compromisso sério e exigente. Cansados e desiludidos das grandes burocracias, que se preocupam muito mais em conservarem-se, erigindo a prudência política como atitude básica de conduta, anseiam esses jovens por uma Igreja corajosa, que arrisque até sua vida na defesa dos valores que professa e em que acredita. E finalmente, no meio a desorientação geral, olham para a Igreja, como capaz de poder fazer-nos descobrir as raízes de nossa verdadeira cultura ocidental, de nossa tradição cristã e humanista (3).

Enfeixando as discussões realizadas no Sínodo de 1974, Paulo VI reafirma a importância da pastoral dos jovens, ao constatar o seu aumento numérico, a sua crescente presença na sociedade, os problemas que assediam. Exprime também o desejo de que os próprios jovens se tornem cada vez mais os apóstolos da juventude (4).

Evidentemente a pastoral de juventude foi um dos inúmeros temas abordados na Aula Sinodal. Não pôde, por isso, ocupar o espaço proporcional à sua relevância. Com o novo Sínodo, quer-se, de certa maneira, retomar tal questão, agora de modo mais detalhado, já que o tema da catequese quer visar mais diretamente às crianças e aos jovens.

A nossa breve reflexão tentará delinear, numa **primeira parte,** algumas características da atual situação de insatisfação dos jovens, perseguindo-lhe as causas. No **segundo momento,** tiraremos algumas conseqüências para a prática pastoral (catequese) dos movimentos de jovens.

I. A INSATISFAÇÃO DA JUVENTUDE

É clássico falar da eterna insatisfação da juventude, como dimensão constante da psicologia desta faixa etária. Uma das melhores maneiras de esvaziar a problemática é reduzí-la a um fenômeno da psicologia do desenvolvimento, procurando compreender unicamente à luz da estrutura psico-individual do jovem a raiz de suas insatisfações e angústias. Preferimos encaminhar nossa reflexão pelo campo psico-social e filosófico, sem naturalmente desconhecer a validez de muitas considerações de cunho estritamente psicológico.

Não faltam diagnósticos de todo tipo, apontando as causas psico-sociais e filosóficas dessa insatisfação. Levaremos mais em consideração aquelas que julgamos responder melhor a nossa situação concreta atual.

1. O domínio da técnico-burocracia

Estamos vivendo um processo sócio-político-econômico sob o signo de "segurança e desenvolvimento". Isto tem significado que as principais preocupações do Estado têm-se concentrado na manutenção rígida de uma segurança, à custa de intransigente eliminação das forças de contestação (e até mesmo de oposição). Não havendo uma clara distinção semântica entre "oposição" e "contestação", sobretudo quando a definição dos termos está entregue aos próprios órgãos de informação e segurança. Em nome da necessidade de manter uma segurança, que permita um desenvolvimento rápido, o nível de participação, de discussão, de crítica, deve ser reduzido ora a um grau mínimo — no governo anterior — ora a um pequeno espaço, porém, incerto e ameaçado.

Concomitantemente se implanta um modelo político-econômico desenvolvimentista, profundamente controlado por uma crescente e ascendente classe burocrática, formada especialmente por técnicos, em geral carentes de uma visão mais ampla, política e humana dos problemas. Os problemas atuais tornam-se assaz complexos, e para resolvê-los uma camada de especialistas se arvora em única capaz de fazê-lo. Em nome da eficiência, rapidez e pertinência das soluções, elementos alheios ao equacionamento técnico imediato do problema são excluídos, como pertencentes a uma situação política do passado, caracterizada por um populismo irresponsável.

Indo mais à raiz da situação, encontramos uma tensão entre duas concepções da ação humana, do próprio homem. O universo cultural técnico-burocrático considera a ação humana sob a única e exclusiva dimensão da **"eficácia"**, da rentabilidade, do seu caráter técnico de soluções ligadas às necessidades humanas imediatas. Temos mais de 100 milhões de brasileiros, e precisamos resolver os problemas que tal situação nos coloca. A perspectiva técnico-burocrática encara tal situação sob o ângulo de produzir um crescimento do produto bruto do país, em termos de maior produtividade. Os custos humanos de tal desenvolvimento não entram, pelo menos, num primeiro momento, no ângulo de suas considerações. O homem é, por excelência, o "homo faber", o homem "poiético" de Aristóteles.

A outra concepção vê o valor na ação, por ser **humana,** por vir do homem e não do animal. O homem é "homo sapiens", cujo valor vem de sua própria realidade de ser livre, responsável, consciente. Assim as ações participam do valor da pessoa e não se medem unicamente pela eficácia. Neste momento em que tal concepção da ação humana entra no plano das deliberações sócio-político-econômicas, as soluções se tornam mais difíceis e não podem ser entregues exclusivamente aos técnicos. Estes passam para segundo plano, a serviço da visão humanista e não vice-versa. Condições humanas imprescindíveis são colocadas de antemão e a partir delas os técnicos põem-se a trabalhar em busca de soluções. Não é qualquer desenvol-

vimento que serve. Há salvaguardas de direitos humanos que não permitem certas acelerações desenvolvimentistas, sacrificando gerações e determinados segmentos da sociedade, em vista de um futuro, por sinal duvidoso, mais promissor.

Diante da predominância em nossa situação brasileira da primeira concepção de homem e por outro lado, tendo a juventude maior sensibilidade para a segunda, percebemos neste choque uma das causas profundas de sua angústia. Sente-se o jovem impotente diante uma máquina técnico-burocrática tão rígida, tão coerente em sua filosofia da eficácia, que o espaço da liberdade, da criatividade humano-artística, da participação, da gratuidade, do engajamento num processo de transformação em outros padrões se torna praticamente fechado. Ao assistir em escala nacional e mundial, como a manipulação dos fios, que tecem a contextura social do país, são deixados a uma pequena minoria de técnicos, a "intelligentsia" dominante, o jovem constata a inutilidade de seus gritos, protesto, anseios. E este tecido social torna-se cada dia mais impermeável à concepção humanista. No fundo, fica a sensação de que não adianta fazer nada em nenhum nível público, político, social, pois tudo é determinado por minorias da burocracia. Por isso, estamos assistindo ao desprestígio da função política em benefício do tecnocrata.

As conseqüências de tal situação têm-se mostrado de muitas maneiras no meio dos jovens. A maioria talvez se refugie, concentrando seus esforços e ambições vitais, no campo pessoal e familiar, deixando o barco correr entregue aos timoneiros da burocracia. O forte caudal humanista e criador do jovem desemboca, em muitos casos, numa vida entregue ao prazer sensível, sensual, sexual. Este prazer imediato dos sentidos ocupa-lhe então espaço predominante na sua existência como compensação e fuga de um mundo hostil a suas aspirações humanistas. Seu "shangrilá" se transforma no círculo estreito dos amigos, das curtições, das festas, das bacanais.

Outros capitulam diante da situação, aceitando as regras do jogo e acertando as próprias jogadas segundo elas. Assumem com tenacidade e empenho a preparação profissional para amanhã ser um dos técnicos, se não do primeiro escalão, ao menos entre as fileiras onde os proventos podem ser polpudos. Em geral, jovens das classes em ascensão são mais conquistáveis pelo sistema técnico-burocrático. A vida tinha sido, muitas vezes, extremamente difícil para eles. Lutaram com dificuldades econômicas e agora vislumbram, através de uma preparação técnica, a maneira de ascenderem na escala social. Nem se precisa dizer que carecem totalmente de um espírito de corpo em relação a tantos outros jovens como eles que não tiveram a mesma chance. Trata-se de uma saída desesperada de um porão abafado, ainda que muitos continuem lá, já que a porta de saída é estreita e só permite a poucos evadirem-se. Estes jovens serão tipicamente o "self made man", com tudo que isto implica.

A própria sociedade, que fecha as portas do mundo das decisões pa-

ra os jovens, procura suscitar, através de imensa máquina de propaganda, inúmeras formas de "escapismos" desde as drogas até grupos espiritualistas, seitas escatológicas, sem falar da proliferação de filosofias e práticas religiosas importadas do Oriente. Pelo menos nesses setores, os jovens podem sentir-se participantes, operantes, ainda que não contribuam diretamente para a transformação da sociedade. Isto está reservado à burocracia técnica. Certa euforia a respeito do surto dos movimentos de juventude deve ser equilibrada com a suspeita de sua função supletiva e até certo ponto alienante e derivativa em relação aos problemas cruciais de nossa realidade sócio-política.

Atualmente parece surgir uma nova tentativa dos jovens de forçarem a porta de sua participação, em temas de caráter político, já que desde 1968 lhes é vedada qualquer atividade política, dentro do mundo universitário, através de disposições restritivas legais. Os acontecimentos são muito recentes e é difícil antever seu encaminhamento. As previsões a respeito das reações políticas do Sistema não se mostram alviçareiras a partir das amostras de intervenções fortes do aparelho repressivo.

Além disso, a pluralidade de linhas existentes nas movimentações estudantis, longe de uma coincidência nos planos e projetos, pode vir a ter reflexos negativos na consistência do movimento. Realmente não é fácil ser lúcido diante de uma realidade, onde muitos elementos importantes para a análise permanecem ocultos à maioria das pessoas.

No contexto de nossas reflexões, tal movimento vem simplesmente demonstrar o que estamos analisando: uma burocracia técnica apoiada pelo poder militar e policial não permite que o campo de discussão das opções do modelo de desenvolvimento ultrapasse o círculo restrito dos peritos. Qualquer politização aparece como uma ameaça à implantação do modelo planejado pelos técnicos. E o movimento estudantil quis pretender entrar nessa esfera, ao defender anistia, liberdades democráticas, etc... Tudo isto é da exclusiva alçada dos homens do Sistema. É sob esse ângulo que quis enfocar os acontecimentos estudantis do primeiro semestre de 1977.

2. A reversão de conquistas da modernidade

Ninguém mais sensível do que o jovem para as duas grandes conquistas da modernidade: a descoberta da subjetividade e da historicidade (5). Está profundamente consciente de que ele é sujeito de significações e valores, fonte de verdade e de bem, através dos quais compreende o mundo. Faz deslocar a sua preocupação para a autenticidade, a veracidade, as decisões pessoais em vez de uma docilidade receptiva diante da tradição. Os valores só lhe têm algum significado na medida em que são assumidos com sinceridade. Não se sente à vontade em discussões sobre a objetividade da verdade ou dos valores, mas somente sobre seu significado existencial. Muito mais inclinado a aprender através das próprias expe-

riências do que do conselho ou da transmissão de experiências dos mais velhos. Esta linha existencial tem marcado as últimas gerações de jovens de modo cada vez mais acentuado. Assim uma linguagem que não lhe fale à experiência, torna-se-lhe absolutamente vazia de significado.

Por outro lado, esta descoberta da subjetividade está ligada a uma percepção de sua presença no processo histórico. Livre dos quadros rígidos das famílias tradicionais e da sociedade fechada das pequenas cidades interioranas, sente-se o jovem de hoje muito mais senhor de si nas suas decisões, na escolha de sua vocação, nas opções dentro da sociedade. O espaço dos anseios de sua liberdade e compromisso são maiores. Vemos aí como as grandes descobertas da modernidade já se fizeram a sua vida.

A sua insatisfação vem, porém, de que percebe como acontece uma reversão de tais conquistas. Os métodos sofisticados de manipulação das pessoas ameaça profundamente a sua liberdade, o campo de suas decisões. Assim onde ele pensava estar livremente optando, encontra-se manipulado por técnicas aprimoradas a serviço de interesses opostos aos desejados. A psicologia e sociologia têm desmascarado os jogos manipuladores e ideológicos de um lado e, doutro, têm mostrado como eles tendem a tornar-se cada vez mais poderosos. O jovem sente-se angustiado entre dois movimentos: aspiração à liberdade, à emancipação, à possibilidade de decisão, à autonomia e existência da coação refinada e sofisticada da manipulação psicológica, ideológica através da propaganda, de técnicas aperfeiçoadas de influências subliminares, etc... Afirmando a autonomia e a singularidade individual, percebe que termina condenado a ser o homem unidimensional de uma sociedade de consumo (6).

Dois séculos após as Grandes Declarações dos "Direitos Naturais do Homem" com a finalidade prática de defender os indivíduos das arbitrariedades dos Estados, assistimos, de novo, a um ressurgir de tal problemática (7). Torna-se bandeira do Governo Carter. Prescindindo da função ideológica que tal campanha desencadeada pelo Presidente Americano exerce no contexto da política interna e externa dos EE.UU., não deixa de ser sintomática tal insistência (8). Exprime exatamente o paradoxo desse homem moderno: consciente e ciente da imprescindibilidade e irreversibilidade das conquistas dos séculos XVII e XVIII, assiste, entretanto, impotente, ao surgir do monstro hobbesiano de um Estado técnico-burocrático, que lhe é uma ameaça extremamente mais poderosa que o Ancien Régime. Percebemos então como tal causa de frustração está unida com a que estudamos em primeiro lugar: o domínio da técnico-burocracia.

3. A perda da raiz popular

Há uma causa profunda e mais difícil de perceber-se. Paulo Pontes e Chico Buarque tiveram a lucidez de no-la apresentar na peça "Gota d'água", além de explicitá-la na

apresentação (9). A juventude, sobretudo estudantil universitária, tende a perder sua raiz popular, desligando-se cada vez mais dos verdadeiros interesses do povo simples e pobre, restringindo-se simplesmente aos interesses de sua classe e profissão. Pois tem acontecido um real desaparecimento do povo da cultura produzida no Brasil — dos jornais, dos filmes, das peças, da TV, da literatura. Esta ausência do povo na cultura faz com que o jovem não perceba mais quais são os problemas que atingem de fato esse povo, já que o único contacto que o estudante tem, em geral, com ele é através dos meios de comunicação.

O povo brasileiro deixou de ser o centro da nossa cultura. Ficou reduzido às estatísticas e às manchetes dos jornais de crime. Transformou-se em algo exótico, marginal, pitoresco. Estávamos assistindo a partir da década de 50 e sobretudo no início da década de 60 a enorme pujança de um movimento cultural que buscava sua inspiração no contacto com as camadas populares. Tal processo foi abruptamente interrompido. O duplo fator da dificuldade, se não da impossibilidade, do diálogo entre a intelectualidade e as classes populares por parte de um sistema repressivo e da modernização acelerada das forças produtivas capitalistas, dando caráter industrial e imediato à produção cultural, veio selar a ruptura fundamental entre a cultura e o povo. Geraram-se deste divórcio o vazio cultural, o desespero, o esteticismo, a omissão, o povo folclorizado, a importação de vanguardismo, o deboche, o auto-deboche (10).

Não somente aconteceu a ruptura da cultura com suas raízes populares, como também ela tornou-se simples reflexo de uma cultura gerada alhures. Não se tem o domínio da fonte produtora da cultura e geradora da imagem do homem da sociedade moderna. Pode-se falar de uma cultura que nos vem enlatada do estrangeiro no sentido mais literal da palavra, já que muitos programas de TV, filmes de propaganda e outros tipos de projeções confeccionados, sobretudo nos EE.UU., são importados em grandes lotes e latas a fim de serem disseminados no país satélite. Tais programas veiculam um universo de valores, que escapam totalmente a nossa crítica, já que não participamos em nada na sua produção. Sofre-se enorme processo de massificação e manipulação, cujo alcance apenas podemos suspeitar.

Dentro desse contexto cultural, não pode estranhar que haja insatisfação entre os jovens ou pelo menos alienação.

Pareceu-nos importante começar com essas reflexões que nos localizam em quadro mais amplo. Poderíamos enumerar muitas outras características, a fim de completar o quadro. Contudo dentro dos limites que se nos impusemos cremos serem suficientes os elementos apresentados.

II. REFLEXÕES PASTORAIS

Em outros escritos já abordamos vários aspectos da pastoral dos movimentos de juventude (11).

A pastoral da juventude deve:

1) Responder às exigências básicas dos jovens no campo da fé.

2) Levando-os a condições de opção cristã.

3) Dentro da Sociedade.

1. Exigências básicas dos jovens no campo da fé

O universo de experiências de um jovem na sociedade moderna tem-se ampliado e distanciado das gerações anteriores. Acontece, porém, que os agentes de pastoral assimilaram os valores cristãos dogmáticos, morais, sacramentais, eclesiais em outra faixa lingüístico-existencial. **Uma primeira exigência se impõe numa correta decodificação do significado e conseqüência da fé cristã e eclesial**. Para isso faz-se mister que se consiga traduzir em termos da experiência da juventude de hoje a tradição eclesial.

Tal exigência poderia parecer de sempre. Mas de fato ela se acentua atualmente devido à enfase que a cultura contemporânea empresta ao valor da experiência, em desfavor do mero acolhimento de uma tradição. Noutras palavras, a função hermenêutica ocupa lugar central na catequese moderna (12). Se tal problemática não é necessariamente moderna, contudo adquire hoje urgência especial. Pois mesmo que o jovem não tenha formulado de modo explícito e reflexo, assimilou as suspeitas modernas contra o objetivismo tradicional, assumindo uma atitude crítica na interrogação dos monumentos da fé. Aproxima-se da tradição eclesial com um universo de experiências formado em outro horizonte diferente daquele que presidiu a constituição da tradição de fé. Este embate de horizontes provoca uma sensação de estranheza e desinteresse, a não ser que o agente de pastoral consiga construir a ponte hermenêutica.

Além do mais, a sua fé hoje é ameaçada por dentro. Diante de um texto teológico moderno sobre o pecado, uma universitária da PUC me escrevia na sua prova que achara difícil compreender-lhe a profundidade. Percebera contudo como o tempo gasto nessa "corrida da vida" lhe foi tirando a chance de ver coisas tão claras e óbvias. O que fora claro e óbvio em outro horizonte de experiência, torna-se misterioso e difícil na "corrida da via", i.e. no universo das experiências diárias e diferentes.

Não é diferente o resultado de uma pesquisa feita na PUC sobre a Pastoral universitária. O interesse pelos temas religiosos é muito inferior ao pôr outros temas, sobretudo sociais. O P. Henrique Kesselmeier, que levou a cabo tal pesquisa, concluindo um dos parágrafos fala precisamente da necessidade de dar mais ênfase a um tipo de aula mais existencial, crítico, menos intelectualista, menos acadêmico (13).

Essa exigência de um cunho existencial prolonga-se na relevância do comunitário. A Pesquisa da PUC vem confirmar-nos essa exigência comunitária da pastoral. A atividade pastoral mais atraente aparece como "grupo de reflexão" e a possibilidade de encontros num centro de pastoral reflete o interesse principal deste numa Universidade (14).

Existe na base importante constatação. Os jovens hoje são mais abertos entre si e conseguem entreajudar-se muito mais, de tal modo que encontros comunitários se tornam lugar privilegiado da pastoral. Certos valores, atitudes fundamentais, percepções cristãs, que antigamente eram assimilados através da transmissão magisterial dos agentes de pastoral, hoje são vivenciados em comunidade e fora de tal situação não se consegue transmití-los. Isto vem de encontro ao desejo do Papa de que os jovens se tornem os próprios evangelizadores dos jovens. Não tanto no sentido de que alguns tivessem a tarefa de evangelizar os outros. É todo o acontecimento comunitário que é evangelizador, sem distinção de agente e destinatário. Nesta perspectiva o elemento doutrinal assume papel menos importante. O testemunho, a participação de cada membro do grupo, a abertura entre si, a consciência de ser uma comunidade cristã ocupam o primeiro plano.

Além disso, só conseguimos viver os valores e verdades que somos, que dizemos, que ouvimos. Toda biografia individual é um episódio da história da sociedade, que a precede e a sobrevive, como observa P. Berger (15). Noutras palavras, necessitamos de ouvir, de falar, de encontrar fora de nós ressonância, de perceber plausíveis, os valores e verdades de nossa fé. A importância comunitária se torna tanto maior quanto mais adverso se fez o ambiente em relação àquilo que queremos viver como cristãos. A comunidade que o jovem freqüenta, o grupo em que se reúne, torna-se esta estrutura de apoio necessária para manter o aparelho de conversão cristã. Do contrário, a perspectiva cristã começa a tornar-se tão estranha a ele, que desaparece de seu horizonte afetivo e real.

Uma terceira exigência pastoral da juventude de hoje é a dimensão do compromisso e da práxis social. Esta exigência que se tornara fundamental e predominante nos movimentos de Ação Católica das décadas passadas, permaneceu latente vários anos para reaparecer ultimamente. Na medida em que os movimentos de juventude vão amadurecendo não conseguem ficar parados num tipo de pastoral moral-religiosa e sacramental ou mesmo espiritualista-carismática. O próprio processo interno do movimento vai pedindo definições diante das novas exigências que surgem. E torna-se difícil ficar muito tempo alheio à problemática social que aflige o país. E ultimamente com o recrudescimento do movimento estudantil, apresentando reivindicações de natureza sócio-política, a própria pastoral é questionada.

Até então a prática pastoral representava um campo para a realização da dimensão social de muitos

jovens. Com o surgir de novas possibilidades, somos desafiados no sentido de realmente conseguirmos uma síntese entre o "compromisso social" e a "vivência explícita da fé". No momento, voltamos a sentir as clássicas tensões nos grupos de jovens entre aqueles que, engajados em verdadeira promoção humana, sentem a ameaça do esvaziamento da fé, e por isso, continuamente voltam a insistir sobre temas de espiritualidade, de fé e aqueles que diante da urgência do problema da justiça social, insistem nas mediações sócio-políticas com risco de esvaziar completamente a dimensão explícita da fé e da Igreja.

A pastoral da juventude terá que defrontar-se com tal tensão. A lucidez crítica diante de unilateralismos e radicalizações de um dos pólos deve manter-nos atentos ao balancear das tendências internas dos movimentos e grupos. Haverá momentos que o tema da justiça social deverá ocupar o primeiro plano; em outros, porém, a explicitação da fé se faz necessária para que o grupo cresça. Na América Latina existe uma real preocupação com a elaboração da Espiritualidade da Libertação, numa tentativa de pensar o processo de libertação dentro do horizonte da espiritualidade a fim de poder alimentar espiritualmente aqueles que estiverem engajados nele (16).

2. Condições de opção cristã

A pastoral de juventude orienta-se fundamentalmente na direção de criar condições para que os jovens possam optar séria e cristãmente, seja nas pequenas decisões normais da vida, como de modo especial naquelas que os envolvem de modo mais definitivo.

Não podemos esquecer que o fundamental são as decisões de vida. Nesse sentido, a pastoral deve estar sempre atenta ao crescimento de maturidade dos jovens a fim de ser uma ajuda para os compromissos que vão assumindo. O cristianismo é basicamente uma decisão existencial diante do Evento Salvífico de Deus em Jesus Cristo, como interpelação e provocação de conversão e entrega. Mais. Os próprios atos litúrgicos, as leituras da Palavra de Deus, que freqüentemente se fazem nas reuniões, são eles mesmos acontecimento de salvação, proclamação do Kairós salvífico de Deus à espera de nossa conversão. Não é o conhecimento da Palavra de Deus que quer produzir sua leitura. Torna-se ela mesma ato de proclamação da Salvação de Deus, que se prolonga nas nossas decisões ao longo de nossa vida.

Isto nos leva a modificar a compreensão do significado do elemento de fé no meio de todo o complexo processo de discussão, interação, planejamento, debates ideológicos, que se fazem presentes em todo encontro de jovens. Compreender o Evangelho **totalmente** a partir da realidade que vivemos é confundí-lo com a análise implícita ou explícita usada na leitura desta realidade. Numa palavra, o Evangelho se confunde com pura ideologia e perde completamente seu caráter de fato transcendente, de Kairós divino, de novidade irredutível. Julgar,

por outro lado, a realidade a partir de princípios universais e absolutos extraídos do Evangelho é pagar tributo a um idealismo visceral e em última análise, reduzí-lo a uma leitura fixa, abstrata, comandada, de modo inconsciente, por interesses de certos grupos/classes. Também é confundir Evangelho com ideologia. Não nos resta senão uma posição dialética.

Ler a Palavra de Deus a partir e de dentro da realidade concreta na consciência de que a nossa leitura dela não esgota a totalidade de seu sentido e que, por isso, devemos estar abertos à surpresa de uma interpelação e chamado à conversão dessa Palavra transcendente. Do jogo dialético, nem ficaremos presos à nossa leitura anterior, pois para isso não precisaríamos da Palavra de Deus e nos bastariam os dados das ciências humanas, nem também reproduziremos teorias já elaboradas independentemente de tal leitura.

Somente a prática honesta do entrechocar-se dialético da realidade e da Palavra de Deus poderá preparar os jovens para decisões acertadas e não comandadas por ideologias.

Uma decisão não se reduz à percepção clara do apelo de Deus. Ela é um jogo de liberdade. A liberdade divina é soberana, in-manipulável, irredutível a nenhuma mediação concreta, in-abarcável. Diante desse mistério, de nossa parte, só cabe a atitude de ouvinte, de seu silêncio ou de sua Palavra. Nenhuma força humana a coage. A raiz da tentação da magia consiste precisamente no desejo de manipular Deus. A nossa relação livre com a liberdade de Deus chama-se oração. Dimensão que nunca poderá faltar numa pastoral de juventude que se faz consciente da sua tarefa de preparar o jovem para a decisão. Doutro lado também, existe a nossa frágil, criatural e fragmentária liberdade, que se encontra como uma alteridade própria e consistente diante de Deus. Apesar de estarmos tão intimamente envolvidos e presentes a este diálogo de liberdade não conseguimos tematizá-lo a contento.

Na pastoral de juventude, tocanos ajudar os jovens a aproximarem-se desse confronto de liberdades naquelas clássicas atitudes de que fala Santo Incio em seus Exercícios Espirituais: pureza de intenção, generosidade e clima de oração. A pureza de intenção implica numa atitude de desprendimento e de superação dos interesses mesquinhos de nosso eu; a generosidade é uma provocação para autotranscender-nos numa entrega que ultrapasse a banalidade e rotina de nossa mediocridade; o clima de oração nos envolve em sua tríplice dimensão de explicitar a fé, de despertar a esperança e de purificar o amor (17).

3. Dentro da Sociedade

As opções não são ações extra-temporais e extra-espaciais, feitas no íntimo da subjetividade livre diante da alteridade Divina. Elas só se realizam em mediações concretas dentro da sociedade humana. Esbarramos aqui com um dos problemas difíceis da atual past
podemos espiritualizar a

ponto de reduzí-la ao indivisível do ato da vontade pessoal e individual. Ela se faz história, se mediatiza, se visibiliza nas escolhas concretas dentro de uma realidade sócio-política.

Há dois momentos importantes nesta pastoral: o conhecimento da realidade através de métodos sócio-analíticos e o posicionar-se diante de mediações possíveis através de um processo de discernimento. Por isso, cada vez mais serão necessários os instrumentos de leitura da realidade, a fim de ajudar os jovens a opções cristãs válidas. Não está, portanto, de modo nenhum, fora de uma pastoral da juventude, a crescente preocupação da criação de uma consciência crítica. Um dos momentos fundamentais dessa consciência crítica é ultrapassar a atitude mítica a fim de captar os verdadeiros temas. Para isso, os instrumentos de análise. Eles, por sua vez, não são inocentes. Na sua origem, há um juízo de valor, uma conotação ideológica e somente conscientes disso, podemos fazer uma escolha válida. O seu caráter científico não se refere à opção de base, mas simplesmente a sua pertinência em analisar com objetividade os dados a partir da ótica e opção valorativa feita.

Por isso, esta problemática necessita ser muito bem tratada, esclarecida, sobretudo no momento atual, em que a confusão ideológica dificulta lucidez e clareza de vista. Prescindir de tais questões, como não pertencentes a uma pastoral eclesial, é renunciar a clarividência das opções. Os mecanismos ideológicos adquirem cada vez mais sutilezas e não é fácil percebê-los. Não se trata de querer escolher mediações sem nenhuma conotação ideológica, mas sim de conhecer quais são os interesses que essas mediações escondem e perguntarnos, se eles condizem com nossa perspectiva cristã de encarar a situação social.

As mediações podem rapidamente caducar, perdendo seu significado ou ser substituídas por outras novas que melhor realizem nossa opção. Por isso, o discernimento tornar-se-á cada vez mais um exercício freqüente e deveria realmente ocupar muito de nossa pastoral. Não temos outra arma contra a avalanche de propaganda e os mecanismos de inculcação ideológica que a resistência crítica e lúcida. Não se trata de uma atividade isolada, solitária, pois certamente sucumbiríamos a sutis jogos de interesse, sem perceber. Faz-se mister que se torne um hábito comunitário, onde as diversas análises se entrechocam na busca de maior clareza e os estímulos mútuos nos animam a fazer opções, às vezes, difíceis e pouco reforçadas pela sociedade.

Na primeira parte, víamos que uma das raízes da insatisfação e angústia da juventude, com que em geral trabalhamos nas universidades e movimentos cristãos, vem do alheamento cultural e social em relação às camadas populares da sociedade, vivendo no mundo fechado de seus interesses de conservação ou autopromoção econômica. Uma pastoral cristã necessita enfrentar tal situação. Isto só será possível a partir de uma opção evangélica por este povo pobre, por essas camadas

mais desprovidas da sociedade. Não se trata de uma opção classista, como certos críticos desta concepção teológica julgam. Trata-se de uma opção evangélica pelos mais necessitados da justiça misericordiosa de Deus, porque precisamente não podem por si mesmos defender os seus direitos. Deus revela-se como justo precisamente assumindo a causa do pobre. Cristo revelando historicamente esta face de Deus mostrou sua predileção pelos oprimidos, seja assumindo ele mesmo sua condição e, seja vivendo em seu meio e anunciando-lhes de preferência a boa nova da salvação. É a partir desta visão que se faz a escolha e não de uma análise política da realidade. A análise política ajuda-nos a perceber as causas estruturais que condicionam esta situação de pobreza e portanto, ilumina-nos na escolha das mediações concretas.

Assim a pastoral da juventude deveria tender para uma sensibilização dos jovens em relação a seus irmãos mais necessitados. Esta poderá manifestar-se em três graus diferentes de compromisso. Num primeiro grau, o jovem aprenderá a perguntar-se, quando de suas decisões, sobretudo as mais importantes, pelo significado delas em relação ao povo pobre, colocando como critério para sua escolha, o serviço dos interesses de seus irmãos necessitados. Trata-se de um compromisso em níveis de interesses. Algo fundamental. Num segundo grau, tentará que as decisões se exprimam também através de experiências que o coloquem em contacto intermitente com o povo, a fim de poder captar-lhe os verdadeiros problemas e interesses e assim fazê-los interferir em suas opções. Num terceiro grau, significaria um compromisso de ir viver junto ao povo pobre, a fim de mostrar através desse gesto mais testemunhal e radical a opção da escolha dos interesses do pobre (18).

Esta ida ao povo por parte dos jovens poderá provocar verdadeira renovação da pastoral, seja oferecendo elementos para a reflexão e ação, como evitando que eles continuem enclausurados no seu universo afetivo, cultural, social burguês.

CONCLUSÃO

Assumimos no correr do trabalho o termo "pastoral" em vez de "catequese", colocado no título, porque cremos que no contexto estudado se fazem sinônimos. No título, quer lembrar-nos o Sínodo. No corpo do trabalho, quer fazer-nos ver que a maneira de pensar na catequese dos jovens é refletir sobre a pastoral da juventude.

O Sínodo é um apelo a toda a Igreja viva, a fim de que se coloque em situação de oração e reflexão sobre o tema indicado. A reflexão mais global da Igreja sobre a catequese dos jovens pode ser ótima ocasião de uma revisão de nossa pastoral vocacional, que é um dos aspectos da pastoral da juventude. Dois pontos de nossa reflexão

sobre a pastoral da juventude em geral poderiam levantar questionamentos no setor da pastoral vocacional. Será que temos levado em conta suficientemente as exigências básicas do jovem de hoje ou pelo contrário preferimos ficar presos a quadros tradicionais, condicionando assim uma escolha de candidatos, alheios à condição da maioria de seus coetâneos? E será que, por sua vez, as perguntas fundamentais que os jovens trazem servem para questionar-nos a estrutura da Vida Religiosa, não querendo simplesmente moldá-los a ela e anulando todo anseio novo, mas sim deixando que essas perguntas provoquem transformações do nosso modo de ser?

Os jovens, como são mais sensíveis, em geral, à problemática do compromisso, levantarão certamente muitas suspeitas e dúvidas sobre nosso tipo concreto de engajamento. O confronto sadio com eles pode tornar-se fonte de renovação e conversão para nós. Pois, como religiosos engajados no trabalho com os jovens deveríamos significar para eles um sinal de compromisso evangélico com o povo pobre e por sua vez os jovens com sua crítica impaciente e tenaz não deixaria de inquietar-nos, exigindo de nós sempre maior coerência de estilo de vida e de anúncio profético em prol dos oprimidos.

NOTAS

1. Vários, O Sínodo de 1974. **A evangelização no mundo de hoje,** Ed. Loyola, São Paulo, 1974. 2. REB 36 (1976) 436-447. 3. Idem, ver nota 1, páginas 81-83. 4. Paulo VI, **A evangelização no mundo contemporâneo,** Ed. Loyola, São Paulo, 1976, nº 72, página 58. 5. H. C. DE LIMA VAZ, **Ontologia e História.** Ed. Duas Cidades, Rio de Janeiro, 1968, pp. 201-280. 6. H. MARCUSE, **L'uomo a una dimenzione, l'ideologia della società industriale avanzia,** tradução italiana Einaudi, Torino 1967. 7. **Direitos Humanos e Evangelização,** REB 37 (1977) 5-184. Pe. Antoine, **Les droits de l'homme ont-ils changé de sens?** em Rev. Act. Pop., nº 174, jan. 1964, pp. 3-18; Ladrière, **Les droits de l'homme et l'historicité,** em Vie Sociale et Destinée, Duclout, Gembloux, 1973, pp. 116-136. 8. J. L. Segundo, **Direitos Humanos, evangelização e ideologia,** em REB 37 (1977) pp. 91-105. 9. Paulo Pontes e Chico Buarque, **Gota D'Agua,** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975. 10. Idem, ver nota 9, pp. XV-XVII. 11. J. B. Libânio, **Reflexões Teológicas Pastorais sobre Movimentos de Juventude,** em REB, 33 (1973) 139-154; 391-411; idem, **Evangelização do mundo universitário,** em Cadernos ABESC 1 (1975) nº 1, pp. 69-80. 12. R. Marlé, **Herméneutique et Catéchèse,** ISPC, Mame, Paris, 1970. 13. P. Henrique Kesselmeier, **O desafio de uma pastoral universitária no mundo pluralista,** tese de mestrado, PUC, Departamento de Teologia, Rio de Janeiro, 1977, pp. 143 ss. 14. Idem, ver nota 13, pp. 159-169. 15. P. Berger, **El dosel sagrado. Elementos para uma sociologia de la religión,** Ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1971, p. 13. 16. S. Galilea, **Espiritualidade da libertação,** Trad. Bras. Vozes Petrópolis, 1975. 17. J. B. Libânio, **Discernimento e Política,** Col. Vida Religiosa, nº 7, Vozes/CRB, Petrópolis/Rio, 1977, pp. 41-46. 18. Cl. Boff, **Théologie et Libération, Questions d'epistémologie. Dissertation présentée pour l'obtention du grade de Docteur en Théologie,** Univ. Cathol. de Louvain, 1976, p. 42. J. B. Libânio, **Discernimento e Política,** Vozes/CRB, Petrópolis/Rio, 1977, p. 38.

TESTEMUNHO E AÇÃO DO RELIGIOSO NA EVANGELIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Frei Luís Maria Alves Sartori, OFM
São Paulo, SP

Em todo o "mundo" dos consagrados e dos religiosos há uma séria procura de como encarnar no "mundo" de hoje o "mundo" de Deus e do seu Cristo. E nesta tensão dialética entre o "mundo" eterno e imutável da revelação do Cristo e o "mundo" temporal do social, do cultural, do econômico e do político, o religioso deve dar um testemunho escatológico e ter uma ação evangelizadora bem dentro das atuais estruturas de nossa realidade.

Daí a colocação imediata da seqüência de nossas reflexões: a necessidade da compreensão das coordenadas do Mundo do Trabalho; a compreensão do conteúdo característico da Consagração Religiosa e, enfim, qual a mensagem típica do religioso com seu testemunho e ação apostólica bem no centro radical no Mundo do Trabalho.

I. O Mundo do Trabalho e a caracterização dos seus problemas radicais

Procuremos situar e definir bem as coordenadas e o eixo mais radical da problemática do MUNDO DO TRABALHO onde os Operários estão colocados.

O Mundo do Trabalho nós o entendemos hoje principalmente (não somente) o mundo industrial comprometido com a PRODUÇÃO. E Produção aqui nós a entendemos como a produção industrial resultante da transformação mecânica, técnica ou tecnológica da matéria-prima em produtos manufaturados. Produtos que são bens de consumo mediato ou imediato.

Por isto este mundo do trabalho aqui focalizado está como causa e fonte principal (não a única) do valor econômico ou da Economia.

E falando de Economia estamos tocando em um funil onde se encontram O HOMEM ao vivo ou o Homem em ação (ou o Trabalho) e o Capital (ou a Maquinaria, a Matéria-Prima e o dinheiro).

E aqui neste funil onde as Mãos do Homem e as Mãos da Máquina se estendem uma para outra é que encontraremos o Cristo Operário nos ensinando a como conciliar interesses e a evitar conflitos.

Sabemos que é aqui onde as mãos se unem numa soma de esforços que elas podem também transformar este encontro em momento de atrito, de discórdia, de dominação, de conflito social.

Aqui se põe o dilema fundamental que provoca os fracos para uma queda em extremismos caolhos: "Ou economia ou humanismo" é o dilema. E uns o querem resolver parcialmente optando pela economia sem consideração pelo homem. Outros querem salvar o homem sem se importar com o êxito da economia. E assim, ambos prejudicam não só o equilíbrio, mas prejudicam a vivência humana.

E poucos enxergam a solução: NÃO a economização do homem, mas A HUMANIZAÇÃO DA ECONOMIA!

Vê-se logo neste ângulo da **humanização** da economia quanto campo tem o papel evangelizador de uma ação apostólica do religioso.

Nesta colocação se percebe também a seriedade e a maior radicalidade do problema humano dentro do conjunto da evangelização do mundo do trabalho. É claro que é importantíssimo o problema salarial para o operário como o problema de lucros para o empresário.

No entanto se perguntarmos o que ambos preferem: SER MAIS ou TER MAIS? ou então o que preferem: Ter MAIS DINHEIRO ou TER MAIS DIREITOS? o que logo ouvimos como resposta é: SER MAIS E TER MAIS DIREITOS!

Tais respostas mostram a pista que devemos seguir para atingir o ponto mais radical da problemática do mundo do trabalho em face da Evangelização.

O ponto MAIS RADICAL pois é a humanização da economia.

E, falou de humanização..., ou falou de homem... falou-se de Evangelho, de Cristo, o maior especialista em homem.

Além de conhecer o homem porque como Deus o criou, conhece o homem porque se fez homem, é homem também e com a maior clareza do que seja o homem, o Cristo nos ensina o que fazer com homens. E isto, dentro também das estruturas modernas de vida social e econômica.

E DE QUE consistiria esta humanização da economia?

Se Deus amou o homem a ponto de enviar o seu próprio Filho, também nós devemos nos amar uns aos outros como IRMÃOS.

E ser irmãos entre homens tem como primeira condição que cada um considere e trate o outro **como homem.**

E a primeira condição para se considerar, respeitar e tratar o OUTRO como Homem é dar-lhe o direito primordial e radical, e o mais distintivo do homem, que é o direito de FALAR.

A primeira justiça, a primeira libertação, a primeira demonstração de amor e fraternidade é esta de se dar ao homem o direito de se manifestar como homem. E a manifestação mais radical e mais "humana" do homem, é a PALAVRA, é a Voz de todos os comprometidos na produção tendo Vez e vez até de Voto.

Humanização da economia, humanização do mundo do trabalho portanto, a nosso ver é restituir ao homem o direito mais significativo de sua qualidade de homem: o direito de participar da direção, vendo sua vez de pessoa inteligente, consciente e responsável valer mais como voto do que o dinheiro vem valendo como quota, como número de ações para domínio desta mesma direção.

Primeira necessidade e primeira dificuldade pois na Evangelização do Mundo do Trabalho é convencer toda uma "massa" já deseducada, já pressionada pela fome, há séculos massacrada pelo capitalismo, economismo e consumismo que vale mais lutar por direitos que por dinheiro.

Mostrar, motivar, conscientizar todos estes oprimidos de que o direito é mais radical que o dinheiro, que o direito é anterior e fonte deste dinheiro, é um trabalho difícil. Difícil porque a "voz da barriga vazia" às vezes encobre a "voz da razão", porque é mais imediata. E o imediatismo é uma das barreiras na luta pela verdadeira libertação do homem que trabalha.

É claro que um salário mais alto é de justiça. É claro que a necessidade de sobrevivência é imediata e inadiável. Mas, enquanto colocarmos toda a pressão de nossa luta libertadora nesta faixa do econômico puro, os atuais dominadores materialistas do mundo industrial sorrirão. Sorrirão sempre satisfeitos porque garantidos de sua vitória. Eles até provocam os oprimidos a virem lutar nessa área porque já sabem que estes jamais terão êxito neste terreno. Faie-se porém em lutar pelos direitos de falar, de votar, de participar, e tais dominadores terão tremores. Pois sentem que estaremos balançando ou mesmo lhes retirando o chão de seus pés.

E como conseguir uma equipe de líderes operários que além de enxergar tal colocação, lutem por divulgá-la entre toda a sua classe? Como fazer o mesmo com católicos que integram este mundo do trabalho na qualidade de executivos ou mesmo de empresários, sabendo que tal reviravolta poderá lhes significar uma renúncia, embora na verdade seja uma renúncia aparente somente?

Quando é que nós no Brasil teremos católicos tão convictos a ponto de fazerem o que estão fazendo duzentos engenheiros católicos franceses que sairam de suas empresas e esperam ter até 1980 vinte fábri-

cas onde o capitão não terá sua vez na direção, mas somente aqueles que dão trabalho?

Fixemos pois esta primeira característica da problemática do mundo do trabalho: — a justiça que trará o equilíbrio da paz e da libertação não pode ter sua tônica sob o aspecto econômico de salário ou lucro, a justiça libertadora ou será a justiça total, a justiça participativa em que o SER HOMEM apareça e se exerça, ou não haverá libertação.

Componentes do mundo do trabalho

Um segundo Marco característico do mundo do trabalho de hoje é o problema de comportamento entre os componentes deste mundo. Claro que é um fato real a distância e a oposição em que tais componentes se colocaram... Existe a exploração de um pelo outro. Existe o abuso do mais forte sobre o oprimido. Existe a despersonalização massificante deste oprimido que até o senso de responsabilidade já perdeu porque não lhe deram chance de atuar ou porque o deseducaram inteiramente disto.

Existe vingança pelas injustiças recebidas. E daí... existe também o ódio de classes e a sua conseqüente luta de classes.

Colocado este fato, surgirá para nós cristãos o dever de discernir o que é legítimo e até cristão numa tensão, ou numa luta em busca da justiça, e o que não é legítimo como método e como meio para se alcançar tal justiça prática.

Sabemos todos da existência de ideologias anestesiantes, alienantes, sufocantes, escravizantes ora com a prensa da direita ora com o chicote da esquerda...

Sabemos de que é aqui que se coloca o ponto crítico do desafio lançado aos cristãos.

Três níveis: Empresa, Sindicato, Política

Um terceiro sinal típico do mundo do trabalho é a tensão existente entre os três níveis em que se realiza de fato a vida trabalhista. A Empresa, o Sindicato e a Política.

Sabemos que as grandes e últimas decisões para todo um país, hoje, vêm da área política. Máxime em regimes de exceção, de autoritarismo, em que a voz do povo, mesmo a pura e autêntica voz que clama por uma liberdade decente, não é escutada, mas abafada.

Sabemos também da escravidão, da dependência, da subserviência dos sindicatos em face aos poderes da nação; ou pelo menos da sua incapacidade de fazer valer de fato os mais radicais anseios da classe. Sabemos que aliada a esta servidão indébita, encontramos o desvirtuamento de vários sindicatos. Quando não para fazer deles um cabide de empregos sem trabalho autêntico em prol da classe, ou para rastejar sempre diante da imposição dos empresários, muitas vezes, e isto reputamos o pior, para voltar os olhos de toda uma entidade para trás, para os casos de defesa deste ou daquele injustiçado, com processos contra patrões, em vez de olhar pa-

ra frente, para a representação social e política com voz nos órgãos governamentais.

Pensamos que os sindicatos desviam-se da rota que os fariam muito mais atuantes e autênticos quando eles concentram todo o seu esforço em lutar somente por aumentos de salário, ou por processos de casos de injustiças nas empresas. Não que isto não seja um bem, mas que deveria ser como a roupa suja que se lava em casa... E casa do operário é sua empresa.

Por isso a nossa insistência agora em apontar a empresa como a instância mais radical em que se deve educar um operário, qualquer trabalhador a atuar como homem.

Dificilmente, pensamos, os sindicatos irão se libertar do freio coercitivo de governos autoritários, se eles se constituirem de operários que não tiveram nenhum treino, nenhuma possibilidade de falarem como homens dentro de sua própria empresa. Se aí neste primeiro degrau de sua vida operária, onde ele aliás recebe sua "operariedade" ele sempre teve a boca tampada, ao chegar no sindicato ele pode falar, ou até berrar já descrente de sua força perante o seu próprio empresário, já se fazendo mais estranho ainda dentro mesmo da casa em que vive. Será como um marido que amedrontado do poderio do mulheraço que tem, cada vez que a mulher o ameaça, o espanca ou o desafora, ele vai se socorrer da polícia e do delegado para resolver seus problemas conjugais mais íntimos.

Assim de órgão de união o sindicato virou só de briga. E porque não conseguiu realizar a união da classe por isso não tem força nem para a briga que dá resultado positivo. De tanto ser do "contra" não sabe em "prol de que" deve lutar. Este objetivo de um sindicato não pode ser somente o terreno econômico querendo dar aos seus operários mais dinheiro. Porque, embora indispensável e urgente, o dinheiro ganho é imediato e deixa a classe no imediatismo deseducador. Apenas consegue algum aumentozinho... e o operário e o sindicato já não tem mais visão para conquistas maiores. Seus olhos mentais não estão educados para alcançar a progressividade dos degraus de ascensão humana que todos deviam galgar. Satisfazem-se com benefícios econômicos, porque imediatos, e nem visionam direitos de SER MAIS...

Por isso, insistimos, dada a situação real, histórica, em que vivemos, nossa atenção deveria se voltar para o movimento de "catacumbas". Isto é, no silêncio de cada empresa, é que faríamos os futuros líderes sindicais autênticos, com visão política positiva, construtiva deste órgão de classe. A empresa é a expressão mais radical da vida do operário, ou do mundo do trabalho. A empresa é a comunidade que mais base tem para ser uma comunidade de base, porque o trabalho humano, sendo o próprio homem em ação é a expressão mais radical da pessoa humana. E quando tais pessoas humanas se reúnem e se vinculam pelo laço profissional elas possuem um laço que nasce da raiz do coração humano e vai direto em direção à união fraternal com seu colega de

profissão ou com o freguês que vai comprar o produto deste seu trabalho.

Dentro desta tensão dialética entre estes três níveis da vivência trabalhista, temos que medir as possibilidades reais atuais para descobrir onde se esconde prioritariamente a última pontinha da libertação do homem que trabalha.

Mas, se optamos pela empresa, vem-nos logo a problemática de que o mundo do trabalho não é só feito por operários. E se quisermos conseguir a libertação destes que nos parecem ser os mais oprimidos, ou temos que atacar os outros componentes deste mundo, ou nada conseguiremos.

Empresários, executivos, funcionários e operários estão casados entre si por um laço radical do trabalho. E com este laço a uni-los, teremos que libertá-los.

E aqui se coloca toda uma reformulação de conceitos e definição de direitos.

Conceito do que seja a própria empresa e distribuição dos direitos dentro dela para cada um dos seus componentes de acordo com a doação que cada um faz para a sua formação e funcionamento.

Compreendida a realidade da Empresa, surge então para todos nós o maior desafio: fazer cada um que ali trabalha assumir todas as responsabilidades que lhe advêm pelo fato de trabalhar. Todas, e não só algumas responsabilidades.

Motivar todos para assumir estas responsabilidades todas é problema que abaixo veremos.

Assumidas estas responsabilidades dentro da vivência interna da empresa, teremos garantida a raiz da problemática do mundo do trabalho. A humanização estará começando não só a nascer, mas a crescer de dentro mesmo daquela que é a origem do mundo do trabalho: a empresa.

Conseguir SER e VIVER como HOMEM, dentro da empresa onde trabalha, tendo seus direitos de falar, de participar, de votar, de decidir, de dirigir, de apropriar-se e de lucrar será a libertação primeira do mundo do trabalho.

O COMO, o MODO, a MANEIRA de se conseguir esta participação, o progresso na ascensão da conquista de tais direitos é objeto já de nosso terceiro ponto de reflexão.

Poderíamos abordar muitos outros aspectos importantes do Mundo do Trabalho, em sua problemática complexa. Restringimo-nos a estes três porque os achamos fundamentais quando nos colocamos dentro de uma ótica de evangelização. Como ambas são radicais, creio estar beneficiando a visão da sua realidade.

II. Compreensão do conteúdo característico da Consagração religiosa

De novo aqui não podemos neste estreito espaço fazer toda uma teologia do estudo religioso. Queremos abordar somente aspectos radicais da vida religiosa que se relacionem com uma direção voltada à evangelização do mundo do trabalho.

Destacaremos pontos essenciais da consagração religiosa que possuam uma mensagem muito afim com a vivência no mundo do trabalho.

Muitos teólogos da vida religiosa renovada, deste tempo pós-conciliar, parecem já ter conquistado uma unanimidade de opinião sobre uma distinção entre vida consagrada e vida religiosa.

Pois hoje existem os "consagrados" a Deus nos Institutos seculares que não religiosos.

O Voto de vingindade é que situa uma pessoa dentro do status de consagrado.

Virgindade daquele sentido original de doação reservada e total de si a Deus, **sem** partilha de sua pessoa, de seu coração com ninguém mais. É a sagração com tudo que se tem de pessoal ao serviço de Deus. Uma tal consagração de si a Deus supõe uma vida de intimidade com Ele, supõe o cultivo de uma vida de fé, esperança e caridade dentro de uma intensa dinâmica de presença de Deus. Por isso, a dedicação especial de um "consagrado" pela virgindade está sempre acompanhada, como sua garantia e como sua expressão, de uma intensa dedicação à oração. Há quem até faça voto de oração mental diária como conseqüência deste desejo de consagração virginal ao Senhor.

Consagração a Deus que é Infinito, que é Pai, que é Amor, que é Vida, que é Trino, que é encarnado em Jesus Cristo. Cristo que encarnou dentro da ordem temporal tudo de divino, de mensagem, de caminho, de verdade é algo que rescende a Ressurreição. É algo que tem tudo para ser um SINAL SIMPÁTICO E CONTESTATÓRIO.

Sinal, para que todos entendam. Simpático, quer dizer, que esteja ao alcance da compreensão de todos, que seja realmente transmissor não opaco, não hermético, mas transparente, de fácil acesso e tradução imediata. E Contestatório, porque o conteúdo da mensagem é uma Transcendência, é um ALGO MAIS que escapa das mãos, do entendimento, do controle, da dominação, da posse humana. Algo mais que tem tudo de Dom, de Carisma, de gracioso ou gratuito, de presente recebido mas imerecido.

Isto é a tal vida escatológica, sinal escatológico dado aqui na terra, mas das realidades divinas e intemporais.

Tais características de simpatia e de contestação ainda aumentam a sua "sinalização" humana do divino quando se trata da vida religiosa.

Toda vida religiosa é consagrada. Mas nem toda vida consagrada é vida religiosa. Na accepção de vários teólogos que colocam o determinante desta r e l i g i o s i d a d e da vida religiosa na r e - l i g a ç ã o das pessoas a uma norma de vida e a uma vida comum.

Portanto em nosso pensar é o Voto de Obediência que nos faz r e - l i g a d o s, ou religiosos.

E como tal obediência é feita dentro de ou a uma Regra de vida inspirada pelos fundadores, ela supõe necessariamente uma vida comum.

E esta vida comum, esta vida comunitária, esta COMUNIDADE de filhos de Deus, guiados por um ESPÍRITO COMUM é que começará a viver de uma maneira intensa, nova, específica o f r a t e r n i s m o que Cristo chegou a apontar como sinal de seus discípulos e como sinal pelo qual os homens haveriam de reconhecê-LO como enviado do Pai.

Uma obediência comum que supõe e que sustenta, que gera e que fomenta o fraternismo vivido em comunidade, eis o que faz o r e - l i g i o s o.

E, como seqüência lógica, como prática necessária para este fraternismo aí está o voto de pobreza, que antes de renúncia é propriedade comum dos "bagulhos de Cristo" pobre e despojado, exinanido e peregrino; é fraternismo de convivência e de uso dos bens.

Fraternismo onde todos participam de tudo não de acordo ou por causa da doação pessoal que cada um faz, mas porque colocamos "em comum" todas nossas riquezas pessoais. Tanto as riquezas materiais como mesmo as espirituais. Fraternismo que gera uma comunidade em que todos devem ter participação ativa e passiva. Passiva no sentido de auscultar (ob-audire) e ativa no sentido de falar, de opinar, de construir, de votar, de não se omitir. Comunidade fraternal que supõe a fé num Pai comum que dirige pelo Espírito Comum os destinos dela. E que, se tem alguém indicado como responsável ou coordenador, é no sentido de que também este está à procura deste senso comum cristão e a ele se submete como todas as demais.

Onde não houver nem a procura, nem a submissão c o m u m de todos ao ESPÍRITO COMUM soprado do alto, não haverá fraternismo nem comunidade autêntica. Será algo artificial, arbitrário, arranjado; insatisfatório.

Presença de uma vida de mistério, ou vivência num risco permanente, como resultado de uma consagração. Vivência em comunidade integrada por um carisma a que se obedece. Prática ousada e quase milagrosa do difícil ou impossível fraternismo entre os homens, tornado possível pela Ressurreição do Cristo. Três sinais que sintetizam elementos radicais da vida consagrada e religiosa.

O que tal vida de seres humanos vivendo integrados neste século uma vida divina poderá servir de testemunho e de atuação apostólica no Meio do Mundo do Trabalho, é o que procuraremos ver adiante.

III. Mensagens do Religioso ao Mundo do Trabalho, tanto pelo testemunho como pela atuação apostólica

Exemplo e ação. Testemunho de vida e atuação apostólica. Nenhuma pode andar dissociada da outra. Como fazer pois que a vida do religioso seja sinal vivo no meio do mundo do trabalho?

O que fazer, como fazer apostolicamente alguma atuação que atinja aquelas peculiaridades mais radicais que antes assinalamos deste Mundo do Trabalho?

1. Presença, convivência por identificação sociológica

Primeiríssima condição é a aproximação que o religioso deve manter ao nível sociológico com o operário. Entendemos isto no sentido de que sua moradia seja ao rés-do-chão, simples e modesta como a de operários bem modestos; que sua situação de sobrevivência econômica seja levada no mesmo ritmo de risco em que vivem as famílias operárias, sem ter a certeza do amanhã, com as mãos e portas abertas para quem for mais necessitado ainda, confiando no esforço de seu trabalho e na proteção do Pai.

Não achamos indispensável que o sacerdote se identifique profissionalmente, entrando como operário em alguma fábrica. Sabemos do valor deste procedimento como uma experiência válida para sentir na própria carne o peso das estruturas massificantes. Nós mesmos já a fizemos e a achamos oportuna, e quem sabe, oportunamente podendo ser repetida.

O engajamento definitivo, habitual como meio de apostolado é tão ambíguo como todos os outros. Válido como vocação carismática de "contemplativos no mundo" é a opção que fizeram os Irmãozinhos de Jesus, do Pe. Foucauld. Mas isto é um tipo de vivência de Nazaré, de vida oculta, de contemplativos que não quer incluir apostolado direto. Como testemunho é esplêndido.

A ambigüidade da profissionalização é aquele dilema: ou o padre banca só operário escondendo os seus dotes de liderança e de cultura para deixar o operário assumir sozinho as rédeas de sua libertação — o que seria uma pena, pois seria enterrar valores; ou ele assume a liderança usando tais dotes de visão e ação no meio operário, e então o operário percebe que ele lidera não como operário mas como padre que é, e fica o problema maior nas mãos, o amadurecimento de verdadeiros líderes operários.

Além do mais achamos que o operário adulto quer ver no sacerdote mesmo, embora exija dele conhecimento total, aproximação contínua, convivência e presença habitual em sua fábrica, em sua família, em seu síndicato, etc...

O mundo do trabalho é tão absorvente, é tão universalista que está a exigir a dedicação integral de muitos sacerdotes. Há muito o que se entender, coisa demais deve o sacerdote aprender dentro deste mun-

do industrial, do qual ou para o qual ele ou nada ouviu em seu tempo de estudo ou nada sabe de tão hermético e típico que é.

O entendimento do conteúdo da problemática, o aprendizado da linguagem do operário, o treinamento de modos e maneiras de trato com operário, o deixar-se aberto para ver, sentir, aprender do próprio operário supõe muita convivência, presença e identificação.

2. Capacidade de viver em comunidade e de formar equipe

O operário é um homem que sente a sua desunião, apesar de ter tudo para se unir. Ele anseia por se unir, mas não descobre o caminho, nem sabe, por vezes superar as barreiras para esta união.

O religioso poderá lhe ser um testemunho intuitivo de como se vive e se trabalha em união.

E aqui surge então a atualidade e o alcance das Pequenas Comunidades onde religiosos tocados pelo mesmo Carisma, esquecem suas diferenças pessoais, suas preferências individuais, supera seus gostos e seus temores e se concentram no estudo, na experiência, na troca de idéias, no enriquecimento em equipe.

Onde dois ou três religiosos, duas ou três religiosas demonstrarem sua total integração e sua total entrega a um apostolado comum, específico, e derem demonstração de seriedade, de pesquisa, de serviço em um apostolado no mundo do trabalho, operários, executivos e até empresários manifestarão a admiração e lentamente o desejo de fazer da empresa uma comunidade de homens.

E, se tais religiosos(as) tiverem bem fundo em seu ânimo o fraternismo cristão e o ponto de união que é o carisma do apostolado no mundo do trabalho, eles batalharão eternamente no sentido de que os operários formem entre si equipes onde a união de ideal, de mística cristã, de atuação apostólica seja o traço de união.

Sabemos da dificuldade de se formar equipes conscientes, cientes e atuantes de operários que liderem, dentro de suas empresas, os demais colegas, que dêem o tom dentro de seus sindicatos... Mas, sabemos também quanto significa de profundo e de unitivo o conhecimento de uma doutrina social da Igreja, a tentativa de aplicação concreta de soluções viáveis para os problemas dos operários.

Em torno do Evangelho com suas mensagens de justiça, de fraternismo, de libertação, de igualdade, de participação, de caridade, de promoção e desenvolvimento; em torno da mística do Cristo Operário; em torno de toda uma filosofia, teologia e sociológica sobre o trabalho; em torno de atuações corajosas dentro mesmo do coração dos problemas do trabalho, constróe-se realmente uma equipe de operários apóstolos.

Supõe-se logo, pelo visto, uma formação espiritual na vivência da graça cristã, uma formação bíblica de muito amor ao Evangelho, uma formação para o mistério do Cristo nos sacramentos e na vida diária, uma formação apostólica com capa-

citação social cristã, uma formação intelectual de conhecimento da realidade econômica, social e política da nação e do mundo, bem como de um conhecimento das pistas que os princípios do Evangelho dão para a total libertação do homem.

O religioso ou religiosa consagrados a este serviço devem ter visão ampla de todos estes problemas tanto de ordem intelectual como de ordem apostólica de ação. Com uma equipe de religiosos vivendo comunidade concentrada em torno destes temas forma-se também equipes de operários líderes em seu meio.

Abaixo veremos como aplicar em métodos concretos esta mentalidade comunitária.

3. O escatológico da exinanição como meio de evangelização

Em um mundo totalmente escravo do consumismo, totalmente dirigido pelo economismo, onde cada pessoa procura só TER MAIS, ganhar mais dinheiro, gozar mais, distrair o mais possível; em um mundo individualista de pessoas que só fazem o que querem e o que gostam, que só olham para baixo, que só confiam na ciência da saúde e na garantia do futuro pela previdência, o religioso tem uma séria missão.

Num mundo competitivo que só quer ganhar e ganhar sempre todas as lutas e processos, a lição evangélica tem profundo alcance.

O mundo da economia, entrosando várias classes, infelizmente desunidas e degladiando-se pela ambição, é um mundo de choques de interesses, é um mundo complexo pelo intricado de leis e de concorrências. Por isso tudo aquilo que poderia ser local e momento de encontro e de soma de esforços, transforma-se em ponto e motivo de atrito. E cada um tem muitas razões para querer ganhar...

Se a gente vive com operários a gente vê a injustiça de vida econômica básica em que eles vivem.

Se a gente escuta o empresário, principalmente o da média e pequena empresa tendo que dar mais da metade do que lucra para o governo, tendo o preço de matérias-primas acrescido de 50%, 100% e por vezes de 120%, a gente vê que estão todos eles "com seus dias contados", com o "pai na forca", e que "é uma loucura continuar"... Só as Empresas estatais e as multinacionais é que sobreviverão.

Dos dois lados, as razões são convincentes... Enfim, na realidade, parece que ninguém vai poder sobreviver... Como então que os dois podem querer ganhar sempre? Como não enxergar que a máxima do evangelho é válida quando diz tanto ao empresário quanto ao operário que as vezes àquele que nos pede a capa a gente deve dar também o paletó?

Ambos têm que aprender a perder algo de imediato, para que sobrevivam.

E o religioso que perdeu tudo que é imediato para conseguir o absoluto, deve encontrar dentro de seu coração muitas palavras para convencer ambos os lados a saber esperar, a saber perder hoje algo inferior para amanhã conquistar algo

bem superior. Leia-se o que diz Hanz Küng em seu livro "O que deve permanecer na Igreja", em capítulo referente à economia.

4. A pedagogia do oprimido como o grande meio de luta cristã de classes

Há quem pense que conseguir um diálogo entre patrões e operários seja "conversa mole", seja "papo furado".

Terão toda a razão os que assim pensam se diálogo para eles for este papo-furado que pensam ser...

Mas aqui está o desafio para todos (também para os de "..... dura"): — fazer o opressor, fazer aquele que, social e economicamente está melhor e por cima, enfrentar a verdade, ser levado pela intuição e preparo do oprimido a ceder sua posição e dar ao oprimido a posição que de direito lhe pertence. Isto exige muito mais coragem do que xingar, meter a mão na cara, quebrar as máquinas, botar fogo nas fábricas, assassinar ou sequestrar os patrões...

Pois de que adianta virar o disco? que adianta ao oprimido de hoje passar a ser o opressor de amanhã? a porcaria continuará na mesma...

E aqui está a missão do religioso.

Como diz Carlos Mesters: a função do religioso é "a misteriosa função de disparar os processos"... e aqui o disparar o processo será a função de mediador, de alguém que convença aos opressores de que existem direitos a serem dados aos oprimidos que trarão muito mais harmonia e libertação total.

Aqui a necessidade de conhecimento de causa por parte dos religiosos dos grandes contornos do mundo econômico, do relacionamento humano, de uma organização de empresa, de experiências mundiais de participação, etc...

Preparar líderes operários capazes de falar não um lero-lero qualquer, mas de levantar problemas vitais para a vivência interna da empresa, apresentar soluções razoáveis e pressionar a aplicação de tais soluções, tudo isto é fazer valer o que parece estar sendo sopro de nossa época: o oprimido ensinando ao opressor a resolver humanamente os problemas humanos.

Abordamos quatro pontos. É claro que existem muitos outros. Foi o que o espaço nos permitiu.

Agora tocaremos em pontos de atuação apostólica bem precisa que religiosos podem fazer no meio do mundo do trabalho.

IV. Atuações apostólicas do religioso no Mundo do Trabalho

1. Dentro de uma empresa

Não poderemos aqui entrar nos detalhes de como se consegue fazer tudo o que vamos sugerir. Temos literatura a respeito, abaixo citada.

a. Cursos de Evangelização social na Empresa.

Já em mais de duzentas empresas, em processo continuamente renovado e em evolução realizamos deba-

tes quentes com todos os operários, em horas após o almoço.

Abordamos com eles temas distribuídos entre estas três partes:

Situações (universais ou sinais do tempo, sociais, políticas, econômicas e de mentalidade), Soluções para tais situações (União da classe operária, união das classes e Reforma da Empresa), e enfim Condições para se aplicar tais soluções (justiça, igualdade e desigualdades, direitos humanos, etc...; caridade com toda a teologia do trabalho e fé ou seja a denúncia de Cristo e o Anúncio de Cristo). Geralmente com a duração de quarenta a quarenta e cinco dias, em muitas delas a comunhão humana despertada terminou com a celebração eucarística. Quando não, esta ficou para depois do ponto seguinte.

b. Eleição de Representantes por seção.

Depois de muito apanhar, hoje, em várias fábricas temos já um método bem castigado de propor candidatos a representantes dos colegas da seção, de fazer tais eleições, de preparar tais representantes para levantamento de casos acontecidos na seção e para a visão de sua atuação no sentido de promoção cultural entre seus representados e enfim de conquista perante a direção da empresa não só de dialogar com a chefia para resolver os problemas, mas de exigir a aplicação de tais soluções e de eleger chefes de seção.

A realização de tais reuniões, dentro do horário de trabalho, a elaboração da minuta, o preparo destes representantes para o encontro corajoso com a diretoria tudo isto tem sido objeto de trabalho de religiosas consagradas a este apostolado.

c. Cursos de Relações humanas na Empresa.

Procurando atingir todos os membros da empresa, temos dado já vários Cursos de Relações Humanas na Empresa, conferindo diplomas, fazendo testes de aproveitamento. Isto tanto para os representantes da seção, como para todos os chefes de seção da empresa.

d. Dias de Estudo, visitas domiciliares, Comunidade de casais.

Tanto com os representantes eleitos, como com chefes de seção, como para simples operários da empresa temos realizado Dias de Estudo com os mais variados programas e os conteúdos adaptados aos vários sabores e necessidades.

Visitas domiciliares onde um papo mais franco e aberto dá tempo e espaço para explicarmos todo o alcance do que se pretende dentro da empresa.

Comunidades de casais com reuniões habituais, com temas ou de vida conjugal, ou de vida cristã, ou de vida profissional, etc... procurando entrosar o casal entre si, com Deus, e com a empresa em que trabalha o marido.

e. Reuniões familiares com os diretores, dias de estudo com eles.

2. Dentro da Família

a. Visitas domiciliares já acima citadas.

b. Comunidades familiares, brevemente também citadas acima.

c. Retiros e Encontros de Casais Operários com o Cristo. Dois dias em que o casal escuta, discute, decide sobre tudo relativo ao matrimônio à luz do Evangelho e da ciência.

d. Encontros de Pais e Filhos, onde após palestras cada casal faz seu círculo próprio para verificação da situação de seu lar.

3. Setor Formação

a. Pregação de Encontros de Vida Cristã. Retiros de dois ou três dias em que os temas mais básicos da fé cristã são debatidos.

b. Pregação de Encontros de Oração. Dois dias onde se aprende e se pede a Deus que nos dê o dom da verdadeira oração.

c. Pregação de Encontros de Vida conjugal acima citados.

d. Cursos de Doutrina Social da Igreja, acima mencionados com o título de situações, soluções e condições.

e. Cursos de Relações Humanas nas Empresas, já mencionadas.

f. Cursos de Capacitação Social Cristã, ou seja uma semana inteira de estudos em que tanto a parte teórica ou doutrinária da Doutrina social católica, como a parte do apostolado em meio operário é debatida.

f. Teatro com mensagem ao Mundo do Trabalho.

Elaboração de peças, treinamento dos artistas e exibição de espetáculos em vários bairros, etc...

g. Para-liturgias do Dia do Trabalho, do Lavapés de Quinta-feira Santa, da penitência da Sexta-feira Santa, Autos de Natal dentro dos lares, etc...

h. Preparação dos próprios operários líderes que assumam e façam, eles mesmos, o que aqui acima dissemos. Treinamento de pregadores, de dirigentes de equipes de representantes e principalmente de dirigentes sindicais.

4. Setor Sindicato

Nosso cuidado tem sido dado não só ao preparo dos homens que no futuro se candidatem a direção dos sindicatos, mas também de orientação nas eleições sindicais, e do funcionamento de promoção cultural e moral dos sindicalizados quando a nossa equipe conquistou quase toda a direção do sindicato.

5. Setor social

É necessário abrir clareiras e criar áreas de sobrevivência para toda uma atuação apostólica no Mundo do Trabalho, máxime quando considerado em seu conjunto de Empresário, Operário, Executivo e Funcionário. Daí a realização de SEMANAS SOCIAIS em todas as cidades onde atuamos, e nas quais se discutem temas variados de interesses de tais classes.

Enfim, uma notinha: Para todo este trabalho, já estamos dispondo de uma série de publicações para os interessados. Bem como iniciamos uma coleção nas Edições Paulinas com o título Encontros do Operário com o Cristo.

AUTOCATEQUESE
E
CATEQUESE PERMANENTE

D. Estêvão Bettencourt, OSB
Rio de Janeiro, RJ

Os que têm sede é que transmitem o desejo de beber

O Sínodo Mundial dos Bispos a se realizar em outubro de 1977 nos sugere muito oportunamente o tema da evangelização e, por extensão, o da formação permanente dos fiéis católicos e, em especial, dos Religiosos.

Vamos, pois, nas páginas que se seguem, abordar um dos aspectos da temática que a celebração do próximo Sínodo propõe à reflexão da S. Igreja: a autocatequese e sua necessidade permanente, tendo em vista particularmente os Religiosos e Religiosas, que são os primeiros destinatários de "Convergência".

Antes, porém, de entrar no propósito propriamente dito, é-nos mister explicitar que por "autocatequese" entenderemos, neste artigo, a formação do cristão e do Religioso principalmente em seus aspectos de estudo, aprofundamento da verdade, conhecimento teológico-filosófico...; está claro que tais aspectos não excluem, mas, ao contrário, fundamentam os da formação ascética, disciplinar e técnica do Religioso. Tal formação, sendo "auto...", é a que decorre da consciência e da iniciativa espontânea do cristão e do Religioso ou das comunidades religiosas, ultrapassando (no caso dos Religiosos) o mínimo obrigatório estabelecido pelas Constituições de cada Congregação ou Ordem; é pois, algo de permanente ou habitual na vida do cristão e do Religioso.

A nossa exposição compreenderá três partes: 1) Educação permanente em nossos dias. 2) A palavra do Concílio do Vaticano II. 3) A realidade pós-conciliar.

1. Educação permanente

O ano de 1970 foi, pela assembléia-geral das Nações Unidas, declarado "Ano Internacional da Educação", e teve como tema dominante algo de novo na linguagem técnica escolar, ou seja, a chamada "Educação Permanente".

E que se entende por tal expressão?

Outrora podia-se distinguir na vida de um cidadão dois períodos sucessivos: o primeiro — escolar — durante o qual se adquiriam noções científicas e certa formação moral; terminava com a consecução de um diploma. No subseqüente período de vida — pós-escolar — o cidadão, comprometido em um ramo profissional, utilizava os conhecimentos adquiridos na escola, sem ter que se preocupar com o ampliamento e a complementação dos mesmos.

Em nossos dias, porém, a educação se impõe como exigência contínua da condição do cidadão; ela acompanha o arco da vida humana; é "uma orientação e uma dimensão da vida inteira", diz René Maheu, Diretor Geral da UNESCO.

Outrora havia, sim, pessoas que, movidas pela sede de saber e compreender, faziam progressos intelectuais e morais no decorrer de toda a sua vida. O que há de novo hoje em dia, é que se compreende que tal atitude deve ser a de todos os homens, e não apenas a de uma elite. Assim a educação já não será uma atividade que começa aos cinco, seis anos para cessar com o recebimento dos últimos certificados, mas é processo que dura tanto quanto a vida da pessoa.

A escola, como instituição ou estabelecimento, hoje em dia constitui um período importante para a educação, período dotado de suas características particulares; todavia ela já não basta; a sua função tem que ser vista dentro de um plano de educação total (que compreende também a educação extra-escolar). Daí falar-se de **educação permanente** do ser humano. Esta expressão implica uma transformação notável do conceito de educação.

Vê-se assim que a educação não é uma via de acesso à sociedade, mas está no centro da sociedade; ela não é uma preparação para a vida, mas uma parte da vida. Temos que nos educar e reeducar constantemente; temos que abrir os olhos continuamente para a realidade que nos cerca; temos que saber colocar os princípios antigos dentro de moldes novos e assim contribuir para amainar ou resolver o conflito das gerações.

Mais: a educação fundamental recebida nos anos de infância e adolescência já não poderá ser simplesmente um processo de aquisição de conhecimentos, mas deverá procurar desenvolver as faculdades de concentração e observação do discípulo; deverá comunicar-lhe a aptidão para trabalhar em equipe; em suma: deverá **ensiná-lo a aprender.**

Notemos agora: estas verdades se aplicam também à formação dos cristãos e, em particular, dos Religiosos. É necessário que os discípulos de Cristo procurem, durante toda a sua vida, crescer no conhecimento da mensagem revelada e na prática das virtudes evangélicas. O pluralismo de filosofias e crenças existentes

na sociedade em que vivemos, exige tal adestramento da parte do cristão; caso este não responda ao desafio, arrisca-se a titubear ou mesmo a ser arrastado pelas ondas das doutrinas não cristãs que agitam os nossos tempos.

A voz da Igreja, levando em conta a realidade contemporânea, houve por bem ultimamente lembrar a necessidade dessa autocatequese permanente a ser empreendida de modo especial pelos Religiosos. É o que passamos a considerar sob o título abaixo.

2. A voz da Igreja

1. O Concílio do Vaticano II, em seu Decreto "Perfectae Caritatis", dedicado à Vila Religiosa, deteve-se longamente sobre a formação dos Religiosos. Eis alguns tópicos extraídos desse documento:

"A atualização dos Institutos Religiosos dependerá sobretudo da formação dos respectivos membros. Por isto não sejam os Religiosos não-clericos e as Religiosas destinados às obras do apostolado imediatamente após o noviciado. Prolongue-se de maneira conveniente e em casas apropriadas a sua formação religiosa e apostólica, doutrinária e técnica, a fim de que obtenham os títulos convenientes...

"De resto, por toda a sua vida procurem os Religiosos aperfeiçoar com esmero a sua cultura espiritual, doutrinária e técnica. Para tal, procurem os superiores, na medida do p o s s í v e l, dar-lhes oportunidade, meios e tempo necessários" (nº 18).

Este texto faz paralelo às reflexões anteriormente propostas sobre a educação permanente: após falar da formação oficialmente considerada, exorta os Religiosos a prosseguirem espontaneamente e com carinho a sua formação por todo o decorrer da sua vida, devendo os Superiores ajudá-los a realizarem tal programa.

2. Não é difícil entender a oportunidade desta norma do Concílio: é o estudo que fornece ao(à) Religioso(a) os meios de se orientar perante a diversos caminhos propostos à Igreja e à Vida Religiosa em nossos dias; o estudo leva a discernir o essencial e o acidental, o perene e o transitório, o divino e o humano na Igreja e nas diversas formas de vida cristã. O estudo, explicando os **porquês** e **para quês** da renovação da Igreja, é apto a inspirar aos Religiosos paz e tranqüilidade interiores em meio às oscilações da vida de hoje. Ao contrário, a falta de sadia atualização doutrinária pode levar a posições acirradas ou cegamente defendidas, tanto em sentido tradicionalista quanto em linha progressista. Se hoje algumas comunidades religiosas se vêem divididas por correntes extremistas (superconservadoras e ultra-avançadas), isto se deve em parte (embora não exclusivamente) à falta de percepção teológica e de maturidade cristã existente em alguns de seus membros. Donde se vê que, em nossos dias especialmente, é oportuno que a Igreja recomende aos seus filhos o estudo e a procura de formação permaneente, a fim de que tenham o cabedal necessário para atravessar os embates das contradições que os envolvem.

É necessário, aliás, notar que, ao valorizar o estudo, jamais poderemos deixar de enfatizar a necessidade da humildade e do discernimento da parte de quem estuda. O saber (ou a **gnose**) como tal pode levar à soberba e à falta de caridade — o que destrói qualquer comunidade cristã; cf. 1 Cor 8,1-3. A falta de bom senso ou de discernimento pode induzir ao estudo unilateral e obcecado de autores de uma só escola, sem que o estudioso faça o devido escalonamento das suas fontes de informação — o que também é daninho: "Timeo virum unius libri. — Temo o homem que só lê um livro", diz o velho adágio latino. — Em suma, são sempre atuais as palavras de São Bernardo:

"Há aqueles que querem saber tão somente para saber; ora isto é curiosidade. Outros querem saber para se tornarem conhecidos; isto é vaidade. Outros, para vender a ciência; isto é torpe lucro. Outros, para se edificar; isto é prudência. Outros enfim, para edificar; isto é caridade" (In Cantica, serm. 36,3).

3. É oportuno aqui lembrar que vivemos numa época de anti-intelectualismo, que o Cardeal Jean Daniélou chamava "a crise da inteligência"[1]. Certas correntes da filosofia contemporânea se mostram avessas à razão humana e à sua faculdade de conhecer a verdade objetiva. O existencialismo, por exemplo, de Sartre, Camus, Malraux, Montherlant, Boris Vian afirma que o homem não tem modelo ou exemplar objetivo, mas que a sua grandeza consiste em ser fiel a si mesmo e inconformado com a sociedade. O estruturalismo reduz o homem a um aglomerado de células unido a um aglomerado de palavras; esse mundo da linguagem não significaria jamais algo de definitivo, mas seria apenas a projeção do sujeito posto em certas situações sociais ou culturais.

Ora o anti-intelectualismo favorece as atitudes cegas, ditatoriais e violentas que maltratam os povos e o mundo de hoje. Em seu livro "La condition humaine", Malraux exalta um terrorista; e exalta-o, porque este mata um capitalista que se entrega às aventuras dos "trustes" internacionais, também porque mata um drogado que procura no ópio o caminho para atingir o absoluto, e mata um jogador que procura nos lances das cartas e da roleta as emoções da sua existência. Ao descrever esse terrorista, Malraux não faz a mínima referência a um ideal moral; o único dever que ele aponta ao leitor, é o de não ser burguês nem aceitar os conformismos da sociedade; violar os interditos, no caso, aparece como a própria expressão da grandeza humana.

Compreende-se bem a tese de Malraux... Onde o uso da razão é menosprezado, está claro que o diálogo ou a capacidade de raciocinar entre duas pessoas ou facções também deixa de ser valorizado; em conseqüência, os homens e os Partidos na sociedade tentam impor suas opções políticas, sociológicas, econômicas... através da força e da violência. Tal realidade pode ocorrer, em proporções análogas e diminuídas (sem dúvida), numa comunidade onde não haja diálogo.

Diz muito bem o Cardeal Daniélou:

"A inteligência foi feita para conhecer a realidade. Ela não é simplesmente a faculdade de inventar teorias, que seriam mais ou menos gratuitas, mais ou menos arbitrárias. Temos a esperança de que precisamente os homens, juntos, possam vir a reconhecer o que é a realidade das coisas. Então será possível uma certa união entre eles. Uma civilização em que a inteligência está doente, é uma civilização ameaçada no que, afinal de contas, há nela de mais vital e essencial" (ib. p. 303).

4. A propósito convém ainda observar que o desejo — formulado pelo Concílio do Vaticano II — de que os Religiosos, por toda a sua vida, procurem aprofundar-se nas ciências sagradas, corresponde precisamente ao conceito de fé. "O justo vive da fé", diz repetidamente São Paulo (Gál 3, 11; Rom 1, 17; cf. Heb 10,38; Heb 2,4). Ora a fé implica dois elementos essenciais: a procura de Deus, que proporciona uma certa posse, posse que desperta para uma procura mais intensa... procura que leva a uma posse ainda mais saborosa, até que o cristão chegue ao encontro face-a-face com o seu Senhor... Se assim é, entende-se que o Religioso, cuja vocação se caracteriza pela fórmula simples e pregnante "Procurar a Deus", não pode deixar de se aplicar, na medida do seu possível, à tarefa de conhecer melhor a Deus, a fim de mais amá-Lo, mais contemplá-Lo e saboreá-Lo. Mesmo os Religiosos ditos "de vida ativa"[2] têm por finalidade suprema **ver a Deus** face-a-face na vida eterna — o que implica um treinamento assíduo para a consecução dessa finalidade já na vida presente.

Interessa-nos agora precisar um pouco mais o que temos dito, considerando algumas das modalidades concretas em que a autocatequese ou a formação permanente se impõe hoje em dia aos Religiosos.

3. Situações concretas

Consideraremos três dessas situações: 1) a que decorre das exigências pessoais do Religioso; 2) a que se segue às exigências de trabalho do Religioso; 3) a dos Religiosos menos habilitados para o estudo.

3.1 Situação pessoal

O Concílio do Vaticano II quis recordar que o chamado supremo de todo cristão e, conseqüentemente, do Religioso é a vocação à santidade (cf. Const. "Lumen Gentium" c. 4). Santidade quer dizer, em sua essência, amor a Deus, que implica união saborosa com o Senhor Deus. Nada, pois, de mais importante existe, para o cristão, do que procurar, desde já na terra, tal união com Deus, que só se faz mediante o cultivo explícito da oração (particular e comunitária).

Ora a oração, como também a fé que a inspira, supõe o conhecimento da mensagem revelada. Para orar, tenho que saber quem é Deus... qual o seu plano a respeito da história... a respeito de cada um dos homens... Quanto mais o conhecimento for satisfatório (dentro do re-

gime de claro-escuro da fé), tanto mais também a oração será nutrida e fortalecida. Se é verdade que "ninguém ama o que não conhece", pode-se dizer que "provavelmente a criatura mais ama os valores que melhor conhece". Por sua vez, a oração bem alimentada vem a ser mais sólida, profunda e saborosa.

É por isso que o Decreto Conciliar "Presbyterorum Ordinis" nº 19 propõe o que se poderia chamar a reciclagem periódica ou o ano sabático em que o sacerdote diocesano (e por que não dizer "os Sacerdotes Religiosos ou Regulares"?) possam renovar sua cultura teológica e sua formação espiritual:

"Uma vez que em nossos tempos a cultura humana e também as ciências sagradas progridem num ritmo acelerado, os presbíteros são chamados a aperfeiçoar, de maneira adequada e ininterrupta, seus conhecimentos divinos e humanos e a preparar-se assim para iniciarem com mais vantagem o diálogo com os homens de hoje.

Para facilitar aos presbíteros os estudos e o conhecimento prático dos métodos de evangelização e apostolado, com todo empenho se lhes propiciem oportunidades, pela criação de cursos e congressos adaptados às condições de cada território, pela instituição de centros de estudos pastorais, pela fundação de bibliotecas e pela boa direção de estudos confiada a pessoas competentes. Descubram, além disso, os bispos individualmente ou unidos entre si o modo mais oportuno de fazer com que todos os seus presbíteros, em momentos determinados, sobretudo alguns anos depois da ordenação, possam freqüentar um curso em que se lhes ofereça ocasião tanto para adquirir um conhecimento mais completo dos métodos pastorais e da ciência teológica quanto para fortalecer a vida espiritual e para compartilhar com seus irmãos as experiências apostólicas. Com estes e outros meios aptos, auxiliem-se com especial cuidado também os novos párocos e os que se destinam a nova tarefa pastoral ou são enviados a outra diocese ou nação".

Algo de semelhante foi proposto pela II Assembléia Geral do ..... CELAM, que, reunida em Medellín (agosto de 1968), insistiu na instituição de meios adequados e tempo disponível para a atualização dos sacerdotes:

"É indispensável hoje em dia a atualização cultural dos sacerdotes. Para tanto precisam de tempo e dos meios adequados.

"Em primeiro lugar, é preciso ajudá-los a assimilarem profundamente as grandes orientações teológicas do Concílio e os principais progressos das ciências da Revelação. Em seguida, proporcione-se-lhes maior adaptação a todo o progresso humano.

"A missão do presbítero exige cultura encarnada e dinâmica, constantemente atualizada e aprofundada, que não se reduza a mero cultivo intelectual, mas abarque todo o sentido da 'humanitas' enriquecida pelos valores vividos sacerdotalmente" (Documento Final da Comissão nº 7, III/4, em "SEDOC" 5, novembro de 1968, col. 724).

Entre outros meios úteis à reciclagem dos Religiosos, a S. Igreja muito recomenda hoje em dia o estudo sistemático das Escrituras. Estas constituem o tesouro da Palavra de Deus, cujas riquezas o Religioso deve procurar penetrar diariamente até o fim da vida. São palavras dos documentos conciliares:

"Cultivem os Religiosos com zelo constante o espírito de oração e a própria oração, haurindo das puras fontes da espiritualidade cristã. Em primeiro lugar, porém, tenham todos os dias em mãos a Sagrada Escritura, para aprenderem, pela leitura e meditação dos divinos textos 'a ciência eminente de Jesus Cristo' (Flm 3,8)" (Decreto "Perfectae caritatis" nº 6).

"É necessário que todos os clérigos, sobretudo os sacerdotes de Cristo e os outros que, como os diáconos ou os catequistas, legitimamente se consagram ao ministério da palavra, se apeguem às Escrituras por meio de assídua leitura sacra e diligente estudo... Com veemência e de modo peculiar exorta também o Santo Sínodo todos os fiéis cristãos, principalmente os Religiosos, a que, pela freqüente leitura das divinas Escrituras, aprendam 'a eminente ciência de Jesus Cristo' (Flm 3,8). Porquanto ignorar as Escrituras é ignorar Cristo. Acheguem-se, pois, de boa mente ao próprio texto sagrado, quer pela Sagrada Liturgia repleta da palavra de Deus, quer por cursos apropriados e outros meios que, com a aprovação e o empenho dos Pastores da Igreja, hoje em dia se difundem louvavelmente em toda parte. Lembrem-se, porém, de que a leitura da Sagrada Escritura deve ser acompanhada pela oração, a fim de que se estabeleça o colóquio entre Deus e o homem, pois a Ele falamos quando rezamos e a Ele ouvimos quando lemos os divinos oráculos" (Constituição "Dei Verbum" nº 25).

A fim de facilitar o uso profícuo das Escrituras, têm-se promovido cursos de introdução à Bíblia em diversos níveis...; certas Regiões eclesiásticas do Brasil oferecem aos interessados algo neste gênero. Principalmente nos meses de férias escolares (janeiro e julho) se propiciam cursos de formação teológico-bíblica (CIT, GAT, CAR e outros), que os(as) Religiosos(as) têm aproveitado e que poderiam merecer ainda maior atenção tanto da parte dos formadores como da parte dos formandos.

Aliás, o próprio estudo da Teologia atualmente já não é considerado privilégio ou característica dos candidatos ao sacerdócio, mas vai-se difundindo sempre mais, atingindo Religiosas e leigos desejosos de mais sólida formação. Este fato é altamente alvissareiro. — Mediante o estudo sistemático da Teologia (tanto nos cursos fundamentais como nos de aperfeiçoamento e atualização) é que o Religioso se torna apto a avaliar as diversas opiniões e sentenças de autores que hoje em dia são lançadas ao público e que não raro dizem respeito aos fundamentos da Vida Religiosa, à prática e aos modos da oração, ao exercício da ascese e da disciplina cristã. A experiência ensina que não poucos cristãos atualmente entram em crise sim-

plesmente porque não sabem ao certo o que a fé ensina. Sofrem interiormente sem necessidade; uns assim sofrem porque não têm formação para ler uma apresentação nova (e fiel) das clássicas verdades da fé; outros sofrem porque identificam hipóteses com verdades de fé e, por conseguinte, julgam que o Credo mudou... Pode-se crer que grande parte dessa problemática se dissiparia se houvesse, do lado dos Religiosos, um estudo mais sistemático da mensagem da fé, ou, ao menos, uma reta orientação para que os cristãos escalonassem devidamente as suas fontes de informação. A alegria de crer, de que fala tão oportunamente Madeleine Debrel, não seria tão facilmente perturbada!

3.2. **O Religioso e seu trabalho**

Consideraremos, principalmente, o trabalho de catequese e magistério, que muitos(as) Religiosos(as) exercem em diversos níveis.

Não há dúvida de que também a tarefa de comunicar a Palavra de Deus previamente assimilada requer hoje em dia habilidade toda especial. Recordaremos aqui dois aspectos dessa necessidade:

1) A didática, em todos os graus e modalidades, utiliza atualmente técnicas próprias, aptas a falar mais eloqüentemente ao discípulo ou ao ouvinte. Compreende-se que os Religiosos devam estar em dia com esses recursos, a fim de que suas modalidades de ensinamento ou transmissão não fiquem aquém das mais comprovadas pela experiência moderna. Em certos casos (nem sempre isto é possível ou recomendado), leva-se o discípulo a descobrir a verdade por sua pesquisa pessoal, em vez de se lhe apresentar a verdade já elaborada; este processo garante uma adesão mais firme e convicta do discípulo à verdade que o mestre lhe quer transmitir.

Apraz-nos aqui citar as palavras de Mons. Etchegaray, arcebispo de Marselha e presidente da Conferência Episcopal da França, publicadas no boletim diocesano "L'Eglise à Marseille", 25 de janeiro de 1976. O pastor, desejando transmitir aos seus fiéis os ensinamentos da Declaração "Persona Humana" relativa a alguns pontos de Ética Sexual, observava os efeitos dessa Declaração junto aos jovens e daí procurava traçar normas pedagógicas para aqueles que detêm o mister de ensinar aos jovens:

"Principalmente entre os jovens, a Moral é posta à prova mais ainda do que submetida a processo, quando ela procura abrigar-se tão somente atrás de princípios éticos. A dificuldade de muitos jovens pode resumir-se nestes termos: desde que se vejam reduzidos a ser meros herdeiros ou cópias, recusam qualquer tipo de herança ou de modelo. O que os jovens contestam, é a anterioridade de uma Moral que dê a impressão de não lhes ser contemporânea.

O diálogo é o recurso próprio para propiciar a procura e a adesão, sob a condição de que de parte a parte todos se coloquem na atitude dinâmica de quem está disposto a se ultrapassar. Abordar um jovem com um arsenal de leis, é dar-lhe a crer que ele nada mais tem que fa-

zer senão instalar-se orgulhosamente à semelhança dos fariseus, ao passo que os jovens têm aspirações ilimitadas. Quando os genitores e os educadores, em virtude da sua idade ou da sua experiência, manifestam simplesmente as suas alegrias, os seus ferimentos, os seus desejos insatisfeitos, podem estar certos de estar cavando nos jovens a própria fonte das aspirações desses jovens; os que têm sede, é que transmitem o desejo de beber. Em tais condições, os mais velhos sentem-se à vontade para dizer ao jovem, na gratuidade, a palavra que o jovem não pode dizer a si mesmo: 'Tu deves fazer isso!'

Estejamos certos de que os jovens não procuram em nós os seus cúmplices, mas, sim, os seus mais velhos, que ousam dizer "Vocês devem" não como uma palavra que caísse do céu, mas como a palavra que brota do bom relacionamento e que faz do jovem um co-autor dessa palavra. Estejamos convictos de que poderemos falar de Moral aos jovens sem ambigüidades se dela soubermos falar como Cristo, ou melhor, se dela vivermos como Cristo, cujo amor ao Pai e aos irmãos era a plenitude da Lei (cf. Rom 13,10).

"Uma Moral que se deixe julgar pelo amor e que se abra ao perdão, é uma Moral capaz de atrair os jovens no seu impulso em demanda da vida" ("La Documentation Catholiquelique" nº 1962, 15/II/1976, p. 179s).

Entende-se, pois, que o(a) Religioso(a) procure estar a par da evolução da didática contemporânea ou dos recursos da comunicação hoje em dia mais adotados.

2) O(a) Religioso(a) é também um(a) leitor(a) e intérprete dos sinais dos tempos para seus irmãos (cf. Mt 16,3). O Concílio do Vaticano II pôs em relevo a mensagem dos sinais e a necessidade de sua ausculta. Ele incitou a Igreja a descobrir novas tarefas e formular novas respostas para o homem de hoje — o que é bem consentâneo com a intenção de Cristo (cf. a parábola do grão de mostarda em Mt 13,31s). Acontece, porém, que o Religioso necessita de formação sempre atualizada para poder ler os sinais dos tempos, guardando dentro da novidade o vínculo com as fontes da Tradição cristã. As palavras "novo, original, insólito" se tornaram adjetivos que valorizam os respectivos substantivos. Registra-se, em alguns pensadores modernos, a tendência, ora mais explícita, ora mais latente e subconsciente, a considerar tudo que é novo como valioso e merecedor de elogio, em oposição ao antigo, que é tido como defasado e menos digno de estima: o "novo" chama a atenção mais do que o "verdadeiro" e o "moralmente bom"; a verdade e o bem parecem referenciais menos importantes (porque tidos como puramente subjetivos) do que o caráter de 'novidade' (que todos podem apreciar). Seja lícito citar ainda o Cardeal Jean Daniélou:

"Lendo as crônicas de cinema do ano passado, fiquei impressionado por observar que uma palavra voltava continuamente como se fosse o elogio supremo: era a palavra "insólito", escolhida para qualificar certos filmes. Isto quer dizer que o insólito, o que abala os costumes, o que desconcerta, o que contrasta

com o que se poderia esperar, aparece como a qualidade suprema. O insólito, por exemplo, em matéria de amor ou de sexualidade, é o **anormal.** Por conseguinte, o normal, não sendo insólito, não apresenta interesse... Isto acontecerá até o dia em que o anormal se terá tornado tão comum que o insólito será o normal. Nesse dia os castos amores de uma jovem e de um jovem unidos por um amor ideal aparecerão como o que há de mais insólito num universo mergulhado no erotismo" (ver artigo citado na bibliografia, p. 311).

Estas observações de Daniélou têm sua importância, pois mostram quanto os critérios da originalidade e do "fora do comum" podem ser ilusórios: por um processo de dialética meramente formal podem levar o cristão a dizer ora **Sim** ora **Não** aos mesmos valores, sem levar em conta o conteúdo desses valores, mas apenas a "onda", a "moda", o "ambiente"... — Ora é certo que a verdade e o bem têm algo de perene, na concepção cristã..., algo que atravessa incólume as épocas e culturas diversas.

É mister também lembrar a responsabilidade do(a) Religioso(a) perante os seus irmãos. O cristão que, consagrado(a) a Deus, expõe ou ensina a Palavra de Deus (porque delegado pela autoridade competente), envolve, de certo modo, a imagem da Igreja docente. Não proponha a sua palavra ou a palavra da onda, mas, sim, a Palavra de Deus tal como ela existe e é proposta pela Igreja docente. É a palavra da verdade objetiva, universal, que faz a ponte e o elo entre os homens, e não as palavras das ondas momentâneas. Estas geralmente dividem e separam, porque carecem de universalidade ou de significado capaz de atingir todos os homens. Assim o cultivo da inteligência e da verdade vem a ser a garantia mais segura do amor e da fraternidade entre os homens. Muito sabiamente o Apóstolo associa a verdade e o amor: "Seguindo a verdade em amor, cresceremos em direção àquele que é a Cabeça" (Ef 4,15).

3.3. E os que não têm vocação intelectual?

Não poderíamos encerrar estas considerações sem levar em conta os cristãos e, especialmente, os Religiosos que, por sua índole pessoal, não são chamados ao estudo no sentido estrito da palavra. Em parte, tais são os "conversos" ou os antigos "conversos" de nossas Ordens e Congregações Religiosas.

A propósito faremos três observações:

1) Tais Religiosos não estão, em absoluto, excluídos da plenitude da sua vocação, ou seja, da santidade, pois esta não está ligada necessariamente a tipos de personalidade; houve (e há) santos e apóstolos de todas as modalidades psicológicas. Tenha-se em vista o Santo Cura d'Ars, que, pouco apto ao estudo, conseguiu, não obstante, satisfazer ao mínimo de exigências para ser ordenado sacerdote e, mais tarde, atraía, à pobre e obscura aldeia de Ars multidões desejosas de ouvir desse santo sacerdote a Palavra de Deus. Por conseguinte, a plena rea-

lização da vocação cristã não depende de prendas intelectuais. Todavia é necessário acrescentemos a esta duas outras observações:

2) Procurem os Religiosos menos atraídos pelo estudo fazer o que esteja ao seu alcance para ter um conhecimento, tão lúcido quanto possível, das verdades da fé. É preciso não "se fossilizar", não se estagnar após o Primeiro Catecismo, mas procurar aprofundar-se. Isto pode ser feito mediante leituras ou mediante participação em palestras ou conversas com mestres e especialistas. Os Superiores Religiosos hão de exercer particular solicitude para ajudar tais irmãos (e irmãs) a crescer na fé e na compreensão dos mistérios de Cristo e da Igreja, como diz explicitamente o Decreto "Perfectae Caritatis" nº 18; sem dúvida, também esses irmãos poderão ter uma vida de oração mais rica e profunda se for mais nutrida pelo conhecimento da Verdade Revelada.

3) Digamos agora algo que se aplica a todos os cristãos em geral, mas que apraz realçar de modo especial em se tratando dos mais simples:

A formação intelectual não é meta, mas, sim, meio (importante e ponderoso) numa vocação cristã. Ela deve servir à formação ascética e à purificação interior do Religioso (e do cristão em geral). Por isso será preciso insistir em que os Religiosos, em toda e qualquer situação, cultivem a sua formação ascética, o que quer dizer: procurem ter um amor a Deus e ao próximo sempre mais isento de incoerências e contradições, pois, na verdade, o amor abre o olho da mente e dispõe para a intuição. — Esta afirmação se entende muito bem, desde que se leve em conta o que ocorre entre as criaturas: o amor existente entre mãe e filho faz que aquela compreenda a este sem que o mesmo fale; esposo e esposa, amigos sinceros... se penetram mutuamente não na base de doutos estudos, mas na proporção do amor recíproco. Ora algo de análogo se dá entre a criatura e Deus, desde que esta realmente se disponha sincera e incondicionalmente ao amor de Deus.

Na vida eterna, pois, veremos a Deus face-a-face na proporção do nosso amor, e não na proporção dos eruditos conhecimentos que tivermos acumulado na vida presente; quanto mais dilatados pelo amor, tanto mais aptos estaremos para contemplar a Deus. Note-se, aliás, que já na vida presente o amor tem tal efeito: comunica-nos afinidade com o Senhor, habilitando-nos assim a conhecer a Deus com lucidez que pode superar a dos estudiosos. Eis por que se dará sempre grande ênfase à formação ascética dos Religiosos, na medida em que esta é necessária à purificação do amor.

Concluímos estas reflexões sobre a autocatequese no momento em que a Santa Sé publica importante documento sobre a Escola Católica; embora traga a data de 19 de março pp., o texto só foi publicado em julho de 1977 (cf. "L'Osservatore Romano", ed. francesa de 13-7-77). A Igreja, nesse documento, acentua o valor do estudo e da transmissão

das verdades da fé e das normas da vida cristã. Ela assim se dirige com ênfase particular aos Religiosos, cujo apostolado está freqüentemente associado à escola ou à catequese. A palavra da Igreja vem a ser, indiretamente, uma exortação a que todos os Religiosos procurem colocar-se espontaneamente numa atitude de aprendizagem, seja em vista da sua santificação pessoal, sejam em função do seu trabalho consagrado a Deus. Nunca o cristão (principalmente em Religião) pode cessar de aprofundar a sua fé, pois, quanto mais conhecer o Senhor Jesus e a sua Boa-Nova, tanto mais poderá amá-los e tanto mais poderá proclamá-los ao mundo, seja por suas palavras, seja por seu teor de vida — eis o que parece dizer, de novo modo, a Igreja em 1977.

NOTAS

1. O Artigo La crise de l'intelligence de Jean Daniélou na revista Seminarium, a. XXII; nuova serie, anno X, nº 2, aprilegiugno 1970, pp. 302-313. 2. A distinção entre vida ativa e vida contemplativa é artificial e falha. Mesmo os religiosos de vida apostólica, ou seja, dedicados à pastoral, cultivam a oração e a contemplação como sua tarefa palmar. A contemplação de Deus é vocação dada a todo cristão por efeito do seu Batismo mesmo. Todo discípulo de Cristo é, sim, chamado a ver Deus após a morte e, conseqüentemente, já no decorrer da peregrinação terrestre. Por conseguinte, todo religioso de vida apostólica no mundo necessita de seu tempo explicitamente reservado à oração. Quanto aos religiosos ditos de vida contemplativa, é certo que não podem ficar entretidos em oração vocal ou mental durante o dia inteiro, mas têm sua operosidade ou seu trabalho dentro da própria clausura.

BIBLIOGRAFIA

Concílio Vaticano II: Decreto Perfectae Caritatis; Decreto Presbyterorum Ordinis; Decreto Optatam Totius. **Sagrada Congregação para a Educação Católica:** Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis, Roma 1970. Card. Ildebrando Antoniutti, **La formazione dei Religiosi,** em Vitą Religiosa, anno III, nº 1, gennaio-febbraio 1967, pp. 60-73. João Evangelista M. Terra, **Ano Sabático de ajornamento Teológico e Espiritual,** em REB, vol. 37, março 1973, pp. 159-165. Hermógenes Harada, **Formação Permanente?** em REB, vol. 32, dezembro 1972, pp. 787-795. Jean Daniélou, **La crise de l'intelligence,** em Seminarium, anno XXII, nouva serie, anno X, nº 2, aprile-giugno 1970, pp. 302-313. Hubert Lépargneur, **La fé, posesión de Dios y búsqueda del Señor,** em Cuadernos Monásticos, nº 28, ano IX, 1974, enero-marzo, pp. 11-24. Hervé Garrier, **L'Educazione permanente e i suoi obiettivi,** em La Civiltà Cattolica, 3025, 5/07/7; pp. 10-23.

A CATEQUESE NO BRASIL. CONSIDERAÇÕES HISTÔRICAS

Riolando Azzi
Rio de Janeiro, RJ

INTRODUÇÃO

A história da Catequese no Brasil está por ser elaborada. Aliás, ela depende em grande parte do conhecimento da própria História da Igreja do Brasil, até hoje bastante deficiente. Neste artigo queremos indicar alguns elementos que possibilitem uma melhor compreensão da história da catequese. O ponto básico que se deve ter em mente é que tanto o conteúdo como os métodos de catequese estão em geral condicionados ao modelo de Igreja que foi implantado em determinada época. Três são os principais modelos de Igreja dominantes na história do Brasil (1).

Durante o período colonial, dominou o modelo da Igreja — Cristandade, de origem medieval. De acordo com esse modelo, a preocupação básica era criar no Brasil uma sociedade sacral católica. Não obstante, a Cristandade colonial entrou em crise a partir da expulsão dos jesuítas em 1759, na era pombalina. Sob a influência das idéias iluministas, liberais e galicano-jansenistas essa crise se prolongou ainda durante o primeiro reinado e o período regencial.

A partir da época imperial, e notadamente no segundo reinado, desde 1840, começa a prevalecer no Brasil um segundo modelo de Igreja, baseado no espírito tridentino, que pode ser designado como Igreja-Sociedade Perfeita. A característica básica desse modelo é apresentar a Igreja como uma sociedade perfeita, "a sociedade dos fiéis que professam a mesma fé e recebem os mesmos

sacramentos", paralela e independente da sociedade civil. Esse modelo, em suas fases de implantação, consolidação e expansão, perdurou até 1960.

Nestas duas últimas décadas, à luz do Concílio Vaticano II, a Igreja do Brasil está procurando se adaptar ao novo modelo eclesial propugnado pelo Concílio, que pode ser designado como Igreja-Povo de Deus. Cada mudança de modelo eclesial corresponde a uma nova consciência que a Igreja passa a ter de si mesma, e implica evidentemente não apenas numa mudança dos métodos de catequese, mas do próprio conteúdo da mesma.

A cada modelo de Igreja e a cada método de catequese corresponde também um tipo particular de catolicismo, que surge em decorrência da mentalidade religiosa dominante. Assim, durante o período colonial temos o catolicismo tradicional. A partir da época imperial, se sobrepõe a este o catolicismo reformado. E recentemente, sob a influência da renovação conciliar, está em formação o catolicismo renovado (2).

Alguns desses aspectos serão indicados na análise das sucessivas fases da vida da Igreja do Brasil, em que daremos ênfase especial à atuação dos institutos religiosos na obra catequética.

I — A CRISTANDADE COLONIAL (1500-1759)

A evangelização e a catequese do Brasil foram efetuadas sob o regime do padroado lusitano. Pelos direitos de padroado, o Papa conferia ao monarca português a tarefa de incumbir-se da implantação da fé católica na colônia. Desde modo, os reis de Portugal englobavam na atividade colonizadora uma finalidade política e uma finalidade religiosa: **dilatar as fronteiras da fé e do império** era o lema das conquistas lusitanas.

Evidentemente, muitas vezes os interesses políticos se imiscuíam nos interesses religiosos. É preciso nunca perder de vista essa situação fundamental da Igreja do Brasil nas considerações que serão feitas em seguida. Com freqüência os colonizadores identificavam a cultura européia, especificamente a cultura portuguesa, com o cristianismo. **Evangelizar** significava então **aportuguesar.**

Toda a organização da Igreja do Brasil, durante o período colonial, dependia diretamente dos reis de Portugal, que nomeavam os párocos, propunham a criação de dioceses, apresentavam candidatos ao episcopado, permitiam a vinda de religiosos ao Brasil e autorizavam a fundação de conventos e mosteiros.

As raízes históricas desse fenômeno encontram-se na própria tradição medieval da península ibérica. Por muito tempo, lusos e espanhóis lutaram contra a dominação árabe, ou seja, contra os mouros. Só em meados do século XV Portugal conseguiu afirmar-se como nação, expulsando os árabes muçulmanos. O

mouro foi sempre considerado inimigo da pátria e da fé cristã. E os portugueses lutavam pela pátria e pela fé. Essa mesma mentalidade manteve-se em relação aos índios. Era preciso colonizá-los e evangelizá-los, ou seja, era preciso em síntese aportuguesá-los.

Desse modo, os costumes indígenas eram considerados pagãos, gentílicos, e cumpria substituí-los por costumes portugueses e cristãos. Os nomes indígenas eram pagãos, os nomes portugueses eram cristãos. O colonizador português, por mais feroz e cruel que fosse, era sempre o cristão. O índio, porém, não passava de um inimigo da fé e da civilização. Criou-se assim no Brasil uma sociedade tipicamente católica, que pode ser designada com propriedade como Cristandade Colonial, pois se organizou em moldes análogos à cristandade medieval.

A preocupação básica do governo português era manter a ortodoxia na colônia, impedindo a infiltração de doutrinas consideradas heréticas ou heterodoxas.

Para isso foram utilizados dois métodos principais: a guerra santa e a inquisição. Pela **guerra santa** eram combatidos os inimigos da fé católica que tentaram se estabelecer na colônia, principalmente os calvinistas e luteranos, tanto franceses como holandeses. Também os índios que recusavam o ingresso na sociedade colonial eram por vezes combatidos em nome da fé católica. Pela **inquisição** se mantinha a ortodoxia entre os membros da colônia luso-brasileira. Os que fossem suspeitos de não respeitar os padrões estabelecidos pela religião e pela moral católica eram denunciados aos tribunais do Santo Ofício.

A obra de catequese dos indígenas foi confiada em modo particular às Ordens Religiosas que aqui se estabeleceram. Nessa tarefa de evangelização e catequese destacaram-se os franciscanos, os carmelitas, os mercedários, os capuchinhos e os jesuítas. Estes últimos foram considerados desde o princípio pela coroa portuguesa como os missionários por excelência da nova terra.

Durante a primeira metade do século XVI, diversos religiosos franciscanos aportaram em terras brasileiras, e dedicaram-se algum tempo à evangelização dos índios. Todavia, isto constituiu apenas um trabalho esporádico, sem continuidade e sem planejamento.

A evangelização e a catequese sistemática do Brasil iniciou-se em 1549, com a vinda do primeiro Governador Geral Tomé de Souza e o primeiro grupo de jesuítas. Até 1580, os jesuítas foram os únicos a desenvolver um trabalho sistemático de evangelização e catequese dos índios. Nas duas últimas décadas do século XVI, outras Ordens Religiosas aqui se estabeleceram e fundaram seus conventos: franciscanos, carmelitas, beneditinos. No início do século XVII, vieram também os capuchinhos e os padres mercedários.

Muito se tem debatido a favor e contra a obra de catequese realizada pelos jesuítas. Na realidade, só é possível expressar um julgamento mais sereno e objetivo, situando a obra da Companhia de Jesus dentro do contexto da época.

Nos primeiros tempos de contato com os índios, muitos jesuítas, como aliás, também os colonos portugueses, expressavam um grande otimismo com relação à conversão dos indígenas. Aos poucos porém, as dificuldades foram surgindo sempre maiores e os jesuítas tiveram que ceder diante da dura realidade. Consequentemente, passaram a adotar em relação aos indígenas a mesma mentalidade da Igreja medieval com relação aos mouros. Os índios foram considerados bárbaros e ferozes, inimigos da civilização cristã. Era preciso portanto, vencê-los pela guerra, a guerra santa. Era o tema das cruzadas, a idéia medieval que volta à tona.

Espontaneamente os selvagens não se convertiam. Era portanto necessário subjugá-los pela força e obrigá-los à conversão. A sujeição dos índios, ou seja, reduzí-los a um regime de servidão e obrigá-los assim a aceitar a fé cristã foi a grande tese que passou a ser defendida pelos jesuítas, e sustentada mesmo por Nóbrega e José de Anchieta, como claramente emerge da leitura das **Cartas Jesuíticas.** A tese da sujeição dos índios foi apresentada por Nóbrega no opúsculo **Diálogo sobre a conversão do gentio,** e outro jesuíta fez a apologia de Mem de Sá como príncipe cruzado contra os índios, em seu poema **Os Feitos de Mem de Sá.**

De fato, com a chegada do terceiro Governador Geral, a tese da sujeição dos índios passou a ser defendida e concretizada com o auxílio do braço secular. Mem de Sá, amigo sincero dos jesuítas, encarregou-se com os seus homens de subjugar as tribos indígenas espalhadas pelo litoral e pelos sertões da Bahia e do Espírito Santo.

Dominados pelos portugueses, os índios foram agrupados em colônias, com o auxílio do braço secular e sob a direção espiritual dos jesuítas. Tais colônias foram chamadas **reduções** no sul do Brasil e no Paraguai, onde a obra de conversão dos índios foi levada avante pelos jesuítas espanhóis.

Tanto na Bahia como no Espírito Santo, o amplo sistema de sujeição do índio provocou inúmeras conversões, pois na realidade o índio não tinha outra alternativa. Não obstante, o trabalho não teve continuidade: uns índios fugiram, outros morreram de doenças e peste. O sistema de sujeição efetivamente fracassou, como muito bem o documenta o historiador jesuíta Serafim Leite, na sua monumental **História da Companhia de Jesus no Brasil.**

Não é portanto muito exata a afirmação, por vezes repetida, de terem sido os jesuítas os campeões da luta pela liberdade dos índios. Na realidade, aquilo a que eles sempre se opuseram foi à forma de escravidão pura e simples adotada pelos colonos portugueses. Nesta linha é que tanto na capitania de São Paulo como em Pernambuco multiplicaram-se os atritos entre os jesuítas e os colonos.

Todavia, os jesuítas não apregoavam uma liberdade completa para os indígenas. Reunidos nos aldeamentos, eram estes educados num regime de severa obediência e obrigados a abraçarem a fé cristã. A fé foi sempre imposta aos indígenas,

bem como a cultura portuguesa. O jesuíta Herbert E. Wetzel termina sua tese sobre Mem de Sá com a seguinte afirmação:

"Valeu-se dos jesuítas, principais fautores da catequese indígena no Brasil do século XVI, para impor sua autoridade e salvaguardar a unidade nacional. Aos índios impunha o Império, e a civilização cristã, intimamente ligados como ligados estavam o trono e o altar. Era a concepção colonialista de então. Impor o império com a sujeição do gentio, era a condição prévia para o estabelecimento da Fé. Historicamente foi esse o caminho da cristandade" (3).

Deve-se reconhecer a sinceridade do trabalho dos jesuítas, e não se lhes pode negar a dedicação e o sacrifício. Apenas é preciso colocar em dúvida se o sistema adotado, aliás, o sistema tradicional adotado pela Igreja na Idade Média com base nas cruzadas e na inquisição, era o mais adequado.

Faz-se mister também uma referência aos esforços dos primeiros jesuítas em ministrar a catequese procurando utilizar métodos de comunicação próprios dos indígenas. Não obstante, esse esforço inicial abortou logo por interferência do primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que acusava os jesuítas de praticarem costumes gentílicos.

Coube também aos jesuítas elaborar e publicar o primeiro catecismo em língua brasílica.

"A primeira edição é de 1618, mas o seu primitivo núcleo começou a ser redigido por volta de 1552, isto é, nos primeiros anos da catequese jesuíta no Brasil, tendo colaborado na sua composição Pero Correia, Leonardo do Vale e José de Anchieta".

Livro de cerca de 40 páginas, redigido quase todo em tupi, foi reputado por Southwell como o que há de mais perfeito em matéria de catecismo, tendo recebido os mais altos encômios da parte de Vieira. Abarca todos os aspectos da doutrina, da moral, da liturgia, e hagiografia católicas, podendo ser considerado uma pequena enciclopedia em tupi. Mas contém também algumas partes em português, outras em latim (como o ritual usado aqui no Brasil no século XVI) (4).

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração é a atuação dos religiosos junto aos próprios colonos luso-brasileiros. Na realidade, o clero secular durante o período colonial sempre deixou muito a desejar. Desse modo, a instrução religiosa e moral dos colonos foi em grande parte ministrada pelos próprios membros das Ordens religiosas. Os jesuítas em particular destacaram-se desde o início pelo esforço em elevar o nível moral da população, combatendo as irregularidades matrimoniais, o hábito das blasfêmias, a carência da prática sacramental e as transgressões do repouso nos dias santificados.

Não podemos esquecer também o papel significativo representado nessa época pelos colégios dos jesuítas, pois eram na colônia os únicos estabelecimentos onde se dava instrução e ao mesmo tempo formação católica.

Não obstante, em força da própria estrutura em que era mantida a fé católica como religião oficial, a prática religiosa assumiu um caráter marcadamente social e exteriorista. Na própria catequese havia pouca preocupação com a conversão interior e com as convicções íntimas das pessoas. A religião era considerada uma expressão necessária e obrigatória da sociedade. Dava-se grande valor aos atos públicos: procissões, novenas, festas, romarias. Nem sempre, porém, esses atos eram acompanhados pelo fervor interior.

Por vezes, o culto religioso era considerado mais como uma obrigação imposta pela sociedade do que uma necessidade e uma exigência da fé. Daí uma incoerência frequente entre a religião praticada exteriormente e a vida íntima das pessoas. Aliás, dado o regime de união entre Igreja e Estado, não havia outra alternativa além da prática obrigatória das prescrições da religião católica.

Essa catequese elementar era ministrada também às populações indígenas que entravam em contacto com os colonizadores lusitanos, como também aos escravos negros importados da África. Nesse sentido, as Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, impressas em 1719 pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide constituíram um instrumento útil para a tarefa catequética. A esse respeito, escreve Heliodoro Pires:

"Devia ser bem difícil a aquisição de bons livros, de tratados teológicos para os que se encontravam afogados nos sertões brasileiros daquele tempo. O pobre vigário ia encontrar no livro do Sínodo baiano tudo quanto era necessário para o seu apostolado penosíssimo. Se precisava de uma forma de Doutrina Cristã, abria o companheiro dileto, o confidente amável, o livro das Constituições, e lá encontrava à página 212 exposição segura e completa de preces, mandamentos, virtudes, pecados, obras de misericórdia. Estava suavizado o trabalho da instrução aos rudes, aos humildes. Havia necessidade de uma breve instrução sobre os mistérios da religião, acomodada ao modo de falar dos escravos? Que pequena obra prima, que jóia de simplicidade, de clareza, de método e divisão, que trabalho perfeito encontrava o pobre pároco nas constituições sinodais" (5).

Não obstante a ação catequética, com freqüência grupos indígenas e africanos mantiveram fidelidade a seus cultos tradicionais, adotando apenas exteriormente a aparência da religião católica obrigatória.

Por sua vez, uma ampla faixa da população passou a incorporar numa síntese, tanto elementos do catolicismo oficial como elementos dos cultos indígenas e afro-brasileiros. Daí a formação do sincretismo religioso, tão difundido entre as camadas populares. Embora repudiado pela ortodoxia oficial, o sincretismo com freqüência permitia às populações menos cultas expressar com maior autenticidade sua fé fugindo assim do caráter marcadamente exterior da religião obrigatória.

Convém ressaltar finalmente a atuação da Congregação do Orató-

rio, o primeiro instituto religioso fundado no Brasil. Esse instituto surgiu no Recife nas últimas décadas do século XVII, tendo como finalidade específica formar missionários para a evangelização e catequese dos caboclos do sertão nordestino.

No século XVIII, porém, com a anexação da Congregação ao Oratório de Portugal, foi dada ênfase à atuação dos religiosos dentro dos centros urbanos, e o instituto abandonou progressivamente o carisma primitivo (6).

II — A CRISE DA CONSCIÊNCIA CATÓLICA (1759-1840)

Com o início da era pombalina em Portugal, a estrutura de Cristandade vigente na colônia entra em crise. A partir de então a colônia começa a receber a infiltração de ideais que colocam em cheque o bloco monolítico da fé católica implantada no Brasil. Esse período de crise tem como marco inicial a expulsão dos jesuítas em 1759, e seu prolongamento se faz sentir fortemente ainda durante o primeiro reinado e a época regencial. É somente a partir de 1840, com o início do Segundo Reinado, que se implanta efetivamente a reforma católica.

Três correntes de idéias abalam a estrutura da Cristandade colonial: o enciclopedismo francês, o liberalismo, e o galicanismo-jansenista. A influência galicano-jansenista teve muita influência no setor da catequese. A respeito da reforma pombalina, escreve o Cônego Castanho:

"A reforma dos estudos leigos e eclesiásticos na metrópole portuguesa teve seus efeitos na colônia da América. A reforma influiu em todos os graus de ensino leigo e eclesiástico. Nos de teologia, mais pela mentalidade jansenista, liberal e regalista que é possível notar em muitos sacerdotes brasileiros formados após a iníqua expulsão dos Padres da Companhia" (7).

Na área do ensino eclesiástico, houve duas novidades marcantes: no âmbito teológico, difundiu-se a teologia de Lyon, e na área catequética, o catecismo de Montpellier. O compêndio de teologia foi publicado na França por inspiração do bispo de Lyon, Antônio Malvin de Montazet; em 1780. A obra em seis volumes destinava-se para uso dos jovens do seu seminário. A redação foi confiada ao Padre José Valla, sacerdote da Congregação do Oratório. O mesmo Valla escreveu e publicou um resumo em dois volumes.

O ponto que provocou maior reação posterior era a sua concepção da infalibilidade pontifícia, aceitando apenas a infalibilidade nas decisões da Igreja mediante a adesão da unanimidade moral dos pastores. Além disso o livro sustentava que os príncipes cristãos tinham o direito de convocar concílios quando o exigiam a paz e a tranqüilidade do reino.

"A teologia lugdunense era o compêndio em que aprendiam os jovens nos seminários de Portugal e do Brasil no tempo em que dominava

o jansenismo. Refere P. Maurílio de Lima que a teologia de Lião era seguida como texto em quase todas as casas de estudo das várias Ordens e Congregações Religiosas do reino lusitano. Era estudada e seguida pelos confessores régios, doutores de universidade, censores do Desembargo do Paço, da Inquisição, do Ordinário de Lisboa; era o livro de aula dos jovens clérigos nos seminários de Santarém, Braga, Portalegre, Algarve e Porto; como também nos seminários de Olinda, e Rio de Janeiro. Uma das epístolas do bispo Silva Coutinho ao núncio L. Caleppi, e uma relação do Núncio Ostini à Santa Sé atestam a difusão do compêndio lugdunense" (8).

Enquanto o manual de teologia de Lyon destinava-se à formação do clero, o catecismo de Montpellier destinava-se ao público em geral, especialmente às crianças. O catecismo de Montpellier foi impresso por ordem do bispo D. Carlos Joaquim Colbert, bispo de Montpellier, em 1702, para a doutrina dos meninos da sua diocese. Foi traduzido em língua portuguesa em 1765 por ordem de D. João, arcebispo de Évora.

Na era de Pombal, o catecismo foi também adotado no Brasil. Um alvará do governo português de 30 de setembro de 1770 mandava utilizar nas escolas do Brasil "manuscritos ou livros impressos, principalmente o catecismo pequeno de Montpellier". Esse catecismo foi logo adotado nas dioceses do Pará e do Rio de Janeiro.

Pela pastoral de 17 de abril de 1773 o bispo D. Antônio do Desterro, do Rio de Janeiro, mandava aos párocos e capelães que "lessem em todos os domingos do ano aquele catecismo por espaço de meia hora antes da missa conventual". Aos professores recomendava que "o fizessem aprender e decorar pelos discípulos" (9).

Em princípios do século XIX o bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, "entrando em conflito com o Núncio Caleppi, defendeu o manual de teologia Lugdunense, o catecismo de Montpellier e outros tradadistas regalistas" (10).

Ao falar da atuação de D. Romualdo Coelho no início da época imperial, Artur Cesar F. Reis escreveu:

"D. Romualdo, com uma serenidade que constitui a execução desse momento de paixões desenfreadas, esforçou-se por salvar o seu clero da desordem espiritual, de certo modo ainda um resto da influência do Catecismo de Montpellier, mandado adotar na diocese pelo bispo D. Frei Miguel de Bulhões" (11).

Também na diocese do Pará, portanto, foi marcante a influência do catecismo francês. Ao mesmo tempo em que prescrevia o Catecismo de Montepellier, a Corte lusitana se preocupava com a influência das novas idéias revolucionárias, que despertavam no povo a idéia da independência. Por isso recomendava que no ensino de catecismo se continuasse a inocular a necessidade do respeito e da obediência às autoridades constituídas.

É o que prescreve D. Maria I a Frei Domingos da Encarnação Pon-

tevel, bispo de Mariana, em carta de 9 de outubro de 1789:

"Lembro-vos pois em primeiro lugar o ensino da Doutrina Cristã, na qual vós sois, como deveis ser, o primeiro mestre e instrutor no vosso bispado, dando vós mesmo aos párocos e aos vossos pregadores não só as instruções pastorais, mas o santo exemplo para os obrigar com ele a serem quais vós desejais e eles devem ser. Com a instrução e o exemplo lhes fareis entender que o ensino da doutrina cristã não deve ser restrito aos primeiros rudimentos, só proporcionado aos fiéis na tenra idade; mas que se estenda a tudo que um cristão deve saber para merecer este nome. Vós sabeis como Pastor, sucessor dos apóstolos, todas as instruções mais próximas e mais próprias do catecismo que deveis ensinar-lhes: e também sabeis que entre elas deveis lembrar-lhes as obrigações que lhe são anexas, quais são a fidelidade, amor e obediência que os vossos vassalos devem ao soberano, como a mesma religião ensina e manda; instruindo deste modo e persuadindo os povos, assim como quem os ensina deve estar convencido de que não é bom cristão quem não for bom vassalo, e de que sem amor, fidelidade e obediência ao soberano, não pode haver amor, fidelidade e obediência a Deus" (12).

Segundo o Cônego Trindade, a carta "parece provocada pela inconfidência". Por aí se vê o condicionamento em que vivia a Igreja no período colonial, atrelada aos interesses políticos da metrópole. Esse período é assinalado também por uma crise das antigas ordens religiosas.

Essa crise se deve a diversos fatores, entre os quais convém ressaltar os seguintes: a corrida de religiosos para as minas, as medidas restritivas do governo português com relação a expansão e ao desenvolvimento das Ordens Religiosas no Brasil; a influência das novas idéias filosóficas do século XVIII, de tendência liberal (13). É, pois, muito limitada a contribuição dos religiosos para a catequese nesse período.

III — A REFORMA CATÓLICA (1840-1920)

Em meados do século passado, iniciou-se sob a orientação do episcopado o movimento de reforma católica (14). A finalidade precípua dos bispos reformadores era implantar no Brasil o espírito da reforma tridentina. Tratava-se de substituir o tradicional catolicismo lusitano, de origem medieval, por um catolicismo de caráter mais romano, que pode ser designado como catolicismo reformado ou tridentino.

A reforma católica se estabeleceu no Brasil através de três fases distintas. A primeira é a fase de implantação, que se estendeu durante o período do segundo reinado, de 1840 a 1889. A segunda é a fase da consolidação, nas três primeiras décadas da época republicana: 1890-1920. Finalmente, a terceira é a fase da expansão, cujos limites cronológicos podem ser estabelecidos entre 1920 e 1960. Esta última eta-

pa pode ser designada como a Restauração Católica (15).

A Reforma Católica caracterizou a Igreja do Brasil por um período de mais de cem anos, e sua influência perdura ainda bastante forte em diversas regiões e grupos sociais. O movimento dos bispos reformadores se orientava em duas direções precípuas: em primeiro lugar, visava reformar a vida do clero e do povo católico; em segundo lugar, como instrumento necessário para a autonomia do trabalho episcopal, propugnava pela liberdade da Igreja em sua atuação pastoral, desvinculando-se da influência regalista do governo civil (16).

Na implantação da Reforma Católica, o ensino da doutrina cristã assumiu uma importância fundamental. O que caracteriza o movimento catequético desse período é que ele é totalmente liderado pelo episcopado, como aliás o era a própria reforma católica.

Um dos pontos básicos desse período é a elaboração dos catecismos episcopais, segundo o espírito tridentino. Os catecismos que se difundem no Brasil a partir do período imperial constituem um dos aspectos mais expressivos para reavivar a fé cristã entre o povo. Esses novos textos passam a substituir o Catecismo de Montpellier, nas regiões em que fora introduzido.

Desse modo, em diversas dioceses onde se implanta o movimento reformador são difundidos catecismos da doutrina cristã, quer traduzidos de edições européias, quer elaborados ou adaptados pelos próprios bispos brasileiros. O primeiro catecismo publicado nesse período é da autoria do bispo do Pará, D. Romualdo de Souza Coelho. Esse catecismo foi também adotado na arquidiocese da Bahia, por ordem do arbispo D. Romualdo A. de Seixas, em carta pastoral de 22 de janeiro de 1832 (17).

Também em Mariana a divulgação de um catecismo popular constituiu uma das preocupações de D. Antônio Viçoso. Segundo o seu biógrafo, o catecismo por ele traduzido do francês foi um dos elementos fundamentais utilizados pelo santo prelado para a educação religiosa do povo cristão. Afirma o Pe. Silvério Pimenta:

"Passando agora ao que escreveu para o bem de todos os estados e condições, em primeiro lugar vem o catecismo, pela importância dessa espécie de compêndio, e por ser o fundamento de todo o proveito que se pode lograr nas almas. O que o Sr. D. Antônio ordenou, vertendo do francês, para a sua diocese, em seu gênero é o mais acabado que se pode desejar, e oferece a mais completa instrução religiosa a todas as classes em 67 lições, que tantas contêm as quatro partes em que é dividido. É tão rico em doutrina, que os mesmos sacerdotes versados nestas matérias quiçá encontrarão nele documentos que talvez ignoravam, e ao mesmo tempo tão claro, tão simples e tão compendioso, que sem custo os meninos o podem aprender e ter todo de memória" (18).

A elaboração de um catecismo foi também a grande preocupação do bispo reformador de São Paulo, D.

Antônio Joaquim de Melo. Tal obra só foi levada a termo no fim do seu episcopado. Na carta de apresentação do catecismo, datada de 20 de junho de 1859, publicada no mesmo volume à guisa de prefácio, o prelado ressalta a utilidade desse trabalho para o clero e para o povo, e prescreve a obrigatoriedade do seu uso na diocese. O bispo assinala também que a obra procura ser fiel ao concílio de Trento:

"Na redação deste Catecismo esmeramo-nos em conservar, quanto foi possível, as expressões mais em uso em nosso país: mudando ou acrescentando as perguntas ou respostas só quando a clareza ou a falta o exigem. Quanto à ordem que seguimos na exposição das matérias, é com pouca diferença a ordem do Catecismo de Trento: de maneira que os Revdos. Vigários poderão facilmente recorrer a este chefe d' obra, para o desenvolvimento que desejam dar às suas lições. Não é pois uma obra nova que oferecemos ao público cristão, mas simplesmente completamos o que já existia: viemos preencher um vácuo que muito se fazia sentir, satisfazer a uma verdadeira necessidade da época" (19).

Também D. Macedo Costa preocupou-se em elaborar um catecismo, que veio substituir no Pará o catecismo de D. Romualdo Coelho. Essa publicação foi aceita em outras dioceses, dado o elevado conceito em que era tido o seu autor. No elenco das obras de D. Macedo Costa, elaborado por D. Lustosa, lê-se:

"Catecismo do Pará: ornado de gravuras e acrescentado com várias orações e exercícios de piedade, e com um resumo de obrigações dos diversos estados, mandado publicar pelo Exmo. Sr. D. A. de Macedo Costa, e adotado em várias dioceses. Já consta em 6 edições (Bélgica)" (20).

No Ceará, o primeiro bispo D. Luís Antônio dos Santos encarregou-se também de difundir um catecismo, provavelmente o mesmo já adotado na diocese de Mariana por D. Viçoso, do qual era discípulo. No Sínodo de Fortaleza, realizado em 1888, o sucessor de D. Luís, D. Joaquim Vieira declarava:

"Muito convindo que haja uniformidade no ensino do catecismo, ordenamos aos párocos que, enquanto não adotarmos um catequismo como próprio da diocese, se sirvam do que foi adotado pelo nosso zeloso antecessor, usando porém, para maiores e substanciais explicações, do Catecismo Romano: o que havemos por muito recomendado" (21).

Também o bispo do Maranhão, D. Joaquim Manoel das Silveira, elaborou um texto de catecismo. A ele se refere Cândido Mendes de Almeida, afirmando:

"Este prelado distinguiu-se muito pelas reformas que introduziu na diocese, percorrendo-a em diferentes visitas; e pelo catecismo que publicou, onde se ensina a doutrina cristã" (22).

Outro catecismo importante publicado nessa época é o do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, também ele discípulo de D. Viçoso, o bispo lazarista. No prefácio da primeira edição da **Cartilha Católica dos Principais Pontos**

de Doutrina Cristã, em data de 24 de setembro de 1874 D. Lacerda afirmava:

"No presente opúsculo, que agora publicamos, para ser distribuído gratuitamente pelos fiéis de nossa diocese, mormente nos lugares que percorrermos em Visitação Pastoral, tivemos em vista ensinar somente os pontos principais da Doutrina Cristã, desenvolvendo porém um pouco aqueles somente que mais cumpre saber, e opondo a certos erros novos doutrina antiga, como deve ser a que a Igreja ensina há 19 séculos desde Jesus Cristo; o que porém fizemos lembrados sempre do **non nova, sed nove**" (23).

Desse modo, o período imperial será caracterizado pela proliferação de catecismos diocesanos. Já na era republicana, se entra numa segunda fase, que é a elaboração de um texto único para ser adotado em toda a Igreja do Brasil.

Esse texto, preparado e aprovado pelos bispos das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil, passou a constituir o manual oficial de catequese na maioria das dioceses do Brasil. Além da elaboração de textos, um trabalho importante desenvolvido pelo episcopado foi a preocupação com o ensino da religião.

A publicação da encíclica do Papa Pio X sobre o ensino da religião, **Acerbo Nimis,** em 1905, teve eco em diversas cartas pastorais dos bispos, enfatizando o ensino religioso como um meio de preservação da ordem social. Em carta pastoral de 30 de agosto de 1905, sob o título "Dos males da ignorância religiosa", o bispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, afirmava:

"Suponhamos, irmãos e filhos caríssimos, que... por falta da instrução religiosa nas escolas primárias e nas igrejas, o catolicismo chegasse a extinguir-se entre nós. Privados então os pais, os patrões e todos os governos do meio mais poderoso de conter o homem na submissão e no dever, teriam necessidade de opor, a males extremos, remédios não menos extremos. Quanto menos reprime a religião, tanto mais terão as leis civis que reprimir..." (24).

Em carta pastoral do mesmo ano, o bispo de São Paulo, D. José de Camargo Barros, exaltava a vantagem do ensino religioso no seio da sociedade:

"Que largamente conhecida e fielmente praticada seja a doutrina ensinada no catecismo, e desde logo teremos pais de família exemplares, filhos respeitosos, servos honrados, empregados obedientes, comerciantes honestos, operários laboriosos, patrões compassivos, magistrados integérrimos, administradores públicos fidelíssimos, juízes incorruptíveis, sacerdotes santos, ricos caridosos, pobres pacientes, filhas angélicas, esposas virtuosas, mãos providentes" (25).

Para obter a difusão do ensino religioso, os bispos reformadores atuaram mediante três formas principais: cartas pastorais, visitas diocesanas e colaboração dos institutos religiosos. Em primeiro lugar, através das **cartas pastorais** e outros documentos episcopais, exortaram os párocos a que cumprissem o dever

de ensinar a doutrina cristã aos domingos, ao povo em geral e às crianças em particular.

Na pastoral coletiva dos bispos das Províncias Eclesiásticas do Sul do país, datada de 10 de outubro de 1910, se assinala o ensino catequético entre os trabalhos mais relevante da pastoral do clero.

"Entre eles milita como antesignando a educação cristã da mocidade pelo ensino do catecismo e formação do coração dos meninos no temor de Deus, no horror do vício, na prática da piedade sólida e de todas as virtudes. Neste particular nunca serão sobejas, nem sequer suficientes nossas diligências.

"Essa educação verdadeiramente cristã requer três fatores indispensáveis: a família, a escola, a igreja; os pais, os mestres, o padre. Todos porém dependem do padre. O padre é que há de santificar a família, informar a escola, e completar na igreja essa obra ingente, que começa na terra e vai residir no céu" (26).

Não obstante, somente na medida em que o antigo clero foi sendo substituído pelo novo clero reformado, se obteve algum resultado significativo na atuação do clero secular.

O segundo meio utilizado para a catequese popular foram as **visitas pastorais.** A maior parte dos bispos reformadores deu grande importância a essas visitas, a elas dedicando parte considerável do seu tempo. Nessas viagens pastorais os próprios bispos dedicavam-se à tarefa de ensinar ao povo o catecismo. Evidentemente, porém, dada a extensão das dioceses, essa presença catequética dos bispos se fazia sentir somente esporadicamente nas múltiplas comunidades locais.

Na realidade, a medida mais eficaz foi a terceira, ou seja, o recurso à colaboração dos institutos religiosos. Durante o período imperial, os religiosos atuaram especificamente através da pregação das sagradas missões. Como pregadores populares destacaram-se nessa época os Padres da Missão ou lazaristas (27), os frades capuchinhos (28), os padres jesuítas (29), e os dominicanos, que se estabeleceram no Brasil no fim do segundo reinado. Essas pregações populares tinham um conteúdo doutrinário, e visavam especialmente reformar a vida moral do povo e conduzí-lo a uma prática mais assídua da vida sacramental.

Segundo afirmação de Luís Castanho de Almeida, "as primeiras aulas de catecismo no sistema atual (fora da pregação paroquial para adultos na missa) foram dadas em São Paulo pelos capuchinhos franceses, mestres do seminário, na igreja de São Bento, por ser mais central (1855) (30). Outra colaboração importante dos religiosos na linha catequética foi dada mediante a instrução religiosa nas escolas e colégios católicos, confiados à direção tanto de padres e irmãos como de freiras.

Já na época imperial destacaram-se por sua atividade educativa os lazaristas, os jesuítas, os salesianos, as Filhas da Caridade, as irmãs de São José e as irmãs dorotéias. O Colégio do Caraça dos lazaristas em Minas Gerais, os colégios jesuítas S. Luís, de Itu, e Anchieta, de Nova Fribur-

go, o Colégio Santa Rosa, de Niterói e o Liceu Coração de Jesus em São Paulo, sob a direção dos salesianos, foram centros de educação católica muito importantes desde a época imperial.

As Filhas da Caridade expandiram suas obras por todo o Brasil (31); as Irmãs Dorotéias destacaram-se principalmente no Norte e Nordeste, e as Irmãs de São José no Sul do país (32). A partir do início da República a presença dos intitutos religiosos se multiplica, e seria demasiado longa sua enumeração. A maioria das congregações masculinas e femininas que ingressa no Brasil na época republicana se dedica a atividade educativa, e nelas o ensino do catecismo ocupa sempre lugar de destaque.

Além disso, esses institutos religiosos vindos da Europa fundaram inúmeras associações religiosas, onde se procurava incutir uma vivência maior da fé católica. A classe média urbana foi assim altamente influenciada pela educação católica, passando a práticar o catolicismo reformado ou tridentino, cuja ênfase se colocava na vida sacramental.

A partir do início da época republicana, os bispos solicitaram também a colaboração dos religiosos para que assumissem a direção dos centros de romaria mais importantes, visando exatamente transformar esses centros em focos de difusão da catequese tridentina entre o povo. Nessa tarefa ocupam lugar de destaque os padres redentoristas (33).

IV — A RESTAURAÇÃO CATÓLICA (1920-1960)

A Restauração Católica é a última fase da Reforma Católica no Brasil, e se caracteriza pelo esforço do episcopado em afirmar a presença da Igreja na sociedade, e reatar o entendimento oficial com o Governo, mediante mútua colaboração entre Igreja e Estado. Embora os limites cronológicos nunca devam ser considerados rigidamente, pois o fluir histórico não pode ser reduzido a compartimentos estanques, podemos indicar como início da Restauração Católica a década 1920-1930, prolongando-se até fins dos anos 50.

Durante este período a promoção da catequese continuou a ser um dos pontos básicos da atuação dos bispos. A 1 de março de 1924 Mons. José Silvério Horta, em nome do arcebispo de Mariana D. Helvécio, enviava circular aos párocos, nos seguintes termos:

"Os Revmos. Párocos e Curas d'almas atuem e estimulem por todos os meios a seu alcance o ensino da Doutrina Cristã, como são obrigados, dando eles por si mesmos essa aula, mas não se contentem de providenciar para que as suas catequistas a dêem. Onde porém estiver bem organizada a **Congregação da Doutrina Cristã,** bastará que o Revmo. Pároco esteja presente às aulas para encerrá-las com suas palavras fervorosas, com exemplos bíblicos de tanto agrado para as crianças" (34).

Num relatório sobre a diocese de Caratinga, publicado em 1926, enfatiza-se a atuação do bispo D. Carloto Fernandes "no grande trabalho espiritual de melhorar o seu clero e de dar instrução religiosa a seus diocesanos" (35). Há também alguns bispos que começaram a sentir a necessidade de contar com o apoio dos leigos para a missão catequética.

Em junho de 1951 o bispo de Cajazeiras, D. Luís Mousinho, publica na REB um artigo entitulado **Formar Catequistas,** em que enfoca a renovação de métodos de pastoral catequética. A 28 de outubro de 1956 realiza-se, em Barra do Piraí, a Primeira Concentração de Catequistas Populares, promovida pelo bispo D. Agnelo Rossi. Em setembro do ano seguinte D. Agnelo publica na REB um artigo sobre os catequistas populares, entitulado: **Uma experiência de catequese popular.** Em junho de 1968 publica outro artigo na REB sob o título, **Os primeiros manuais de catequese popular,** fruto das experiências na diocese. Em junho de 1959 a REB publica artigo do Pe. Jaime Snoeck **Irmãs no púlpito,** sobre experiências Catequéticas de irmãs nas igrejas.

Desse modo, progressivamente os clérigos deixavam de ter o monopólio da catequese no Brasil, o que contituira uma das características da Reforma Católica. Mas o aspecto básico que caracterizará a atuação do episcopado será a luta pela introdução do ensino religioso nas escolas do país, das quais fora excluído pelo decreto de separação entre Igrejas e Estado em 1890.

Um dos marcos importantes dessa fase foi o Primeiro Congresso Catequístico, celebrado em Belo Horizonte de 3 a 7 de setembro de 1928, numa promoção do arcebispo D. Antônio Cabral. Na carta de convocação, datada de 14 de abril de 1928, ele afirmava:

"Adestremo-nos de nossa parte celebrando com esplendor e veemente entusiasmo o nosso Primeiro Congresso Catequístico Provincial. Sim, porque, Filhos amantíssimos, sem **Catecismo** a presença de Jesus Sacramentado, o dom inefável da Eucaristia, seria desconhecido e ineficaz" (36).

Como resultado desse Congresso, a 12 de outubro do ano seguinte o Presidente de Minas, Antônio Carlos de Andrade, assinava o decreto que permitia o ensino religioso nas escolas dentro do horário das aulas.

Em junho de 1950 realizava-se no Rio de Janeiro o **I Congresso Nacional do Ensino da Religião,** sendo promotor e relator principal o Pe. Álvaro Negromonte. A catequese torna-se uma das principais preocupações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se organiza em princípios da década de 50, graças aos esforços de D. Helder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Em 1952 o Secretariado Nacional do Ensino da Religião da CNBB apresentava um relatório sobre a Situação da Catequese no Brasil, "estritamente reservado aos Exmos. Srs. Bispos e às Autoridades Diocesanas do Ensino de Religião". Nesse relatório se afirma:

"No Secretariado Geral da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil, cabem ao Secretariado Nacional do Ensino da Religião as seguintes incumbências principais:

"**a**) Campanhas eficientes que visem a fazer reconhecer, de teoria e de fato, a catequese como base de todo o apostolado, sobretudo em país de ignorância religiosa tão extensa e tão intensa.

"**b**) Esforços conjugados tendentes ao aprimoramento da catequese, pelo mais claro conhecimento dos objetivos da formação religiosa, do catecúmeno e dos métodos catequéticos, inclusive do material a utilizar.

"**c**) Prudente e seguro exame do texto único de religião.

"**d**) Manutenção e aprimoramento da Revista Catequética.

'**e**) Realização da Maratona Catequética Nacional"(37).

Promovido pela CNBB, de 12 a 14 de agosto desse ano realizou-se em Belém um Encontro de Diretores de Ensino de Religião das Circunscrições Eclesiásticas do Norte e Nordeste. Foi apresentado um documento de **Informação sobre a Catequese**. No item sobre o ensino da religião nos estabelecimentos públicos de ensino o relatório afirma:

"Do exame das informações a respeito da existência de regulamentação do ensino de religião nos estabelecimentos públicos de ensino, baixada pelo governo, verificamos ser a seguinte a situação das Circunscrições Eclesiásticas do Norte, de acordo com os Estados e Territórios em que se acham localizadas.

"Possuem regulamentação oficial: Piauí: Decreto estadual nº 1.638, de 15.4.1935. Ceará: existe, mas não foi enviada cópia ao S.N.E.R. Pernambuco: Idem. Alagoas: Decreto estadual de 13.10.48. Não há regulamentação oficial nos Estados de Amazonas e Maranhão e no Território do Amapá. Não possuímos informações relativas aos Estados de Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e aos Territórios de Rio Branco e Acre"(38).

O ano de 1959 foi proclamado Ano Catequético Nacional. De 23 a 27 de fevereiro houve em Belo Horizonte a Reunião dos Diretores Diocesanos do Ensino de Religião. A preocupação com a ortodoxia marca também os anos 50.

Já na primeira reunião ordinária da CNBB em agosto de 1953, por sugestão da Sagrada Congregação do Concílio, cria-se o Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral, sendo aclamado presidente D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre.

Em carta de 4 de setembro desse mesmo ano, D. Helder Câmara comunica a Frei Boaventura Kloppenburg, que, na reunião da CNBB, o episcopado adotou oficialmente uma campanha nacional contra a "heresia espírita". A 17 de novembro de 1956 D. Vicente Scherer anuncia em nome da CNBB "amplo movimento de esclarecimento dos fiéis sobre a heresia espírita" a ser iniciado em abril de 1957.

Em dezembro frei Boaventura anuncia na REB a "Cruzada em defesa da fé Católica, no I Cente-

nário do Espiritismo". Em julho de 1957 são ministrados cursos especiais sobre as "heresias modernas" por D. Agnelo Rossi (protestantismo) e Frei Boaventura K. (espiritismo, umbandismo, exoterismo, rosacrucianismo, maçonaria), nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Recife e Fortaleza.

Nesse período o texto oficial de religião continua sendo aquele elaborado pelos bispos. Difundem-se porém as obras do Pe. Álvaro Negromonte, um sacerdote empenhado na renovação da catequese católica. Na década de 50 ele é o Diretor do Ensino Religioso na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Suas principais obras são as seguintes: **Meu Catecismo** (I, II, III, IV, V), para os diversos anos do curso primário. **Manual de Religião**, para o curso elementar; **Minha Vida Cristã, A Doutrina Viva, As fontes do Salvador, O Caminho da Vida**, para as quatro séries do curso ginasial.

Negromonte preocupa-se em renovar o método de apresentação da doutrina católica, embora continuando a adotar o mesmo conteúdo tradicional do esquema tridentino. Na nota introdutória aos professores de **Meu Catecismo**, 3º ano primário, edição de 1951, o Padre Negromonte afirma:

"Quem já conhece o meu método catequético sabe que ele se baseia numa **história** (fato ou parábola do Evangelho), donde sai a **doutrina**, na qual se fundamenta a **formação**. Esta, que é afinal a suprema preocupação do Catecismo, desdobra-se em 4 pontos: 1) **dever**, que são as obrigações da vida cristã; 2) **conselho**, que são atos de mera devoção; 3) **apostolado**, que é o cuidado de salvação do próximo; 4) **liturgia**, que é o culto da da Igreja, comunitário por natureza, e no qual por isso mesmo, nos devemos integrar. Só é completa a lição quem realiza este esquema. Ficarmos na história ou na doutrina, seria deter-nos a meio caminho, pois o termo é precisamente a vida. Por isso, as minhas lições vão à prática envolvendo os 4 pontos de formação."

O esforço de Negromonte pode ser considerado como o primeiro passo para a renovação catequética atual.

V — A RENOVAÇÃO CATÓLICA (1960 em diante)

A partir dos anos 60 a Igreja do Brasil entra em uma nova fase, que pode ser designada como **Renovação Católica**. Sob a influência do Concílio Vaticano II, cria-se uma nova visão eclesiológica, que exige como conseqüência uma renovação do próprio conteúdo da catequese. Esse esforço de renovação foi desenvolvido na década 1960-70, mediante a criação dos Institutos Superiores de Pastoral Catequética (ISPACS) nos principais centros do país.

O antigo Secretariado do Ensino Religioso da CNBB foi substituído pelo Secretariado Nacional de Catequese (SNAC). E a pastoral catequética passou a constituir o objeto de uma das linhas básicas do plano de pastoral dos bispos. De 12 a 14 de dezembro de 1967 realizou-se em Petrópolis um encontro dos professores dos Institutos Catequéticos do Brasil.

De 1 a 5 de julho de 1968 o Secretariado Nacional de Catequese convocou no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Catequese, "destinado a avaliar o movimento catequético no Brasil nos últimos cinco anos e prever as perspectivas para o futuro".

O temário constava de três assuntos básicos: **1**. Fé e promoção humana (desenvolvimento integral). **2**. Análise dinâmica da situação da fé hoje do Brasil e exigências que dela decorrem. **3**. Fé e comunidade eclesial. As Conclusões desse seminário de estudos sobre a renovação catequética foram resumidas num texto final, datada de 5 de julho, importante síntese da nova orientação da reflexão teológica.

Eis alguns tópicos:

"A Catequese, no Brasil, tem-se constituído, nos últimos anos, uma das atividades pastorais que mereceram maior apoio, incentivo e desenvolvimento, não apenas quantitativo, mas qualitativo.

"Nos últimos dez a quinze anos, constata-se o surgimento de diversas correntes, buscando empreender uma renovação da atividade catequética, em vista de novas exigências e de uma consciência progressivamente mais dúcida, das verdadeiras dimensões da fé. Estas correntes, sem se contradizerem, somam-se, completam-se e significam cada vez um novo passo no caminho da renovação. Assinalamos, sem maiores identificações históricas, as orientações e elementos presentes a estas diversas correntes.

"Inicialmente, buscou-se uma renovação de pedagogia e dos métodos de educação da fé. As transformações realizadas no campo educacional, com novas descobertas psicológicas e suas aplicações na pedagogia, e nos métodos educativos, influiram igualmente sobre a renovação catequética.

"Em segundo passo, procurou-se uma renovação do próprio conteúdo da mensagem, passando de categorias nocionais e em parte abstratas, para categorias de história da salvação, acentuando a originalidade da mensagem cristã, chamando a atenção para a sua dimensão histórica, e tentando encontrar uma pedagogia da fé, continuação da pedagogia de Deus no Antigo e no Novo Testamento.

"Hoje se abre um novo alargamento e aprofundamento. O conteúdo da mensagem, a própria história da salvação devem ser assumidos à luz da consciência eclesial contemporânea. Esta consciência, decisiva para a fé, se explica, se enriquece e atinge dimensões mais amplas, na sua relação intrínseca com a sociedade e histórica dos homens. Em outras palavras, toma-se consciência

de que o Reino de Deus, pelo mistério de Cristo e pela ação do Espírito — de que a Igreja é o Sacramento de Salvação universal — já começa a realizar-se na própria história humana, sem com ela identificar-se.

"Esta presença ativa da salvação, operando-se na história humana, e a originalidade sacramental da Igreja, em relação intrínseca com esta mesma história, conduzem-nos a opções decisivas sobre todo o processo de educação para a fé".

O documento conclui com "algumas perspectivas de ação", a partir de uma visão nova da catequese:

"Entendemos catequese como sendo uma reflexão da comunidade, à luz a fé, o seu próprio processo histórico. É Cristo, presente na comunidade, que releva o homem ao homem (GS).

"Algumas conseqüências pastorais mais imediatas, apontadas para destaque são:

"A necessidade de perceber a grande importância dos meios de comunicação de massas, como um dos fatores fundamentais da aceleração ou retardamento do processo histórico.

"A necessidade de refletir em pequenos grupos sobre o conteúdo veiculado por esses meios.

"A necessidade de promover comunidades de base como instrumentos de superação da marginalização humana existente e como sinal do mistério de Cristo atuante.

"Concluindo: Vimos surgir no horizonte de nossa reflexão a nova figura do evangelizador:

"Um homem inserido no processo histórico da comunidade.

"Um homem que serve à sua comunidade, para que ela atinja maior consciência e expresse sempre mais claramente os aspectos de libertação e construção em Cristo. . ."(39).

Na X Assembléia Geral da CNBB em São Paulo, de 20 a 30 de julho de 1969, o Secretariado Nacional de Catequese apresentava o relatório anual sobre a situação geral da catequese, declarando:

"Urge porém ressaltar que dessas atividades e encontros emergiram, de maneira quase dramática, a necessidade e a urgência de uma mudança em ordem à evangelização e à catequese (infância, adolescentes, adultos). Não se trata de uma questão apenas de método ou de linguagem, e nem mesmo de um afã de novidades; trata-se de problemas novos, de uma realidade nova que se impõe com preponderância na atual situação histórica.

"**Nova visão da catequese.** Para que o movimento catequético continue crescendo e cada vez mais se consolide em todas as regiões pastorais, é necessário e urgente que se crie uma nova imagem da catequese. Do nocionalismo e das formas memorizadas se procure passar à redescoberta da mensagem cristã no exercício ativo e comprometido da missão profética da Igreja. Esta catequese deverá ser encarnada na vida pessoal e comunitária do ho-

mem concreto, que vive e atua numa situação concreta: família, profissão, classe, política, cultura, etc.

"Deverá ainda contar com uma autêntica dimensão promocional em suas diversas etapas, sem descuidar sobretudo da presença evangélica, de uma atividade de serviço e de diálogo fraterno"(40).

Paralelamente ao esforço de reflexão desenvolvido pelo Secretariado Nacional de Catequese da CNBB e pelos ISPACs, houve também uma multiplicação de novos textos, publicados nas diversas regiões, e destinados à educação religiosa de acordo com as faixas etárias da população.

Em 1964 o Instituto Superior de Pastoral Catequética "Sedes Sapientiae" de São Paulo, publicava **Orientações para a pastoral da primeira comunhão**, do Irmão Cristóvão, FSC, e outros colaboradores.

A partir de 1966 a Editorial Dom Bosco publicava a coleção **A Descoberta do Reino de Deus**, em 4 volumes, destinada ao ginásio, edição brasileira elaborada por Walter Bini com a assessoria da ISPAC do Rio de Janeiro.

A Escola Arquidiocesana de Catequistas, de Salvador, e o ISPAC Nordeste editavam nos anos 1966-67 diversos textos catequéticos, como "Tudo é vosso", "Deus nos ama", etc.

Em 1967 o ISPAC do Rio de Janeiro publicava, pela editora Vozes, uma série de folhetos sob o título **Catequese e Família**. Também a Irmã Silvia Villac, da equipe do ISPAC-Rio iniciava em 1968 a série **Catequese e Evangelização**: planos para a catequese dos adolescentes.

Em fins da década de 60 a Comissão Arquidiocesana de Catequese de Porto Alegre e o Secretariado Regional da CNBB, Sul 3, publicavam uma coleção de textos para os alunos e mestres, em forma de fichas: **Teu Encontro Com Jesus, Quero Seguir Jesus, Para Que Todos Sejam um, Caminhamos na luz** e outros.

Também no sul o irmão marista Antônio Cechin publicava os textos catequéticos **Crescei** e **Viver**, que foram proibidos por ordem do MEC. A 24 de setembro de 1969 D. Vicente Scherer enviava carta ao Inspetor Seccional do Ensino pedindo reexame da proibição dos catecismos da autoria do irmão Cechin. Na mesma data o arcebispo enviava carta às escolas católicas para que não obedecessem à ordem até reexame do assunto. No dia 26 o Inspetor Seccional respondia a D. Scherer que a proibição do livro obedecera a uma ordem da Divisão de Segurança e Informações do MEC. No dia 22 de outubro D. Scherer recebia voto de louvor do Conselho Diretor da AEC do Rio Grande do Sul, "pela atitude tomada em relação à adoção, por parte dos colégios, dos livros **Crescei** e **Viver**, considerados valiosos subsídios para o ensino da formação religiosa dos alunos".

Já em princípios da década de 70 o Irmão Nery, FSC, do Instituto Abel, de Niterói, iniciava a publicar pela Editora Vozes a série **Meu Cristo Amigo.**

Merecem destaque as publicações do Centro de Pastoral Catequética (CEPAC) de Nova Iguaçu. Desde 1971 iniciou uma série de publicações catequéticas para as diversas faixas de idade, editadas por Vozes de Petrópolis com textos para os alunos e para os mestres: **Somos Crianças Alegres, Cristo Nós Te Encontramos, Estamos Crescendo, Para Frente Caminhemos, Vivemos Com Deus No Mundo.**

Na apresentação do livro **Ele Está No Meio De Nós. Plano de Mestre,** o bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hipólito, escrevia em data de 7 de setembro de 1975:

"Confiamos que os nossos manuais, editados e divulgados pela benemérita Editora Vozes, de Petrópolis, continuem sendo uma contribuição válida para o crescimento do Reino de Deus no coração das crianças e de adultos e também, com a graça de Deus, para a construção de um mundo melhor, mais humano, mais respirável, mais conforme com os planos do amor de Deus. A catequese, como toda a mensagem de Jesus Cristo, visa à libertação do homem. Para a glória do Pai".

Mais recentemente a Editora Vozes acaba de publicar um texto significativo: **Educação Religiosa Escolar** elaborado pelo Conselho Interconfessional para a Educação Religiosa, (CLER) de Florianópolis. Também as Irmãs Paulinas estão procurando renovar o material catequético das Edições Paulinas, e a Editorial Dom Bosco, dos Salesianos, pretende iniciar esse ano uma Revista Catequética, com o primeiro número dedicado ao próximo Sínodo.

CONCLUSÃO

Ao término destas considerações históricas, alguns aspectos merecem ser enfatizados.

1. Durante o período colonial, a catequese ficou vinculada à colonização. A finalidade principal era a formação de uma sociedade sacral, conforme o modelo da Cristandade medieval. Os institutos religiosos tiveram participação destacada nessa tarefa. Desse modo a religião católica foi oficializada no Brasil, mas houve maior preocupação com os aspectos exteriores da prática religiosa do que com a vivência interior da fé.

2. A partir de meados do século XVIII a Cristandade colonial entrou em crise. Como conseqüência, também a prática religiosa. Por seu lado, o governo lusitano interessou-se em introduzir na colônia uma mentalidade religiosa de tipo galicano-jansenista. As antigas Ordens Religiosas, também em crise, tiveram pouca atuação na catequese nesse período. Não obstante, foi intensa a participação dos frades nos movimentos liberais que prepararam a independência do Brasil. A abolição da inquisição, a 31 de março de 1821, foi um fato importante desse período. Terminava as-

sim o regime de coação para a prática da religião.

3. Desde 1840, já no segundo reinado, se inicia no Brasil o movimento dos bispos reformadores, cuja atividade pastoral visava implantar no país o catolicismo reformado, inspirado no Concílio Tridentino. Nessa obra os bispos contam com ampla colaboração das novas congregações masculinas e femininas vindas da Europa, que se dedicam especialmente às missões populares, e à atividade educacional nas escolas e colégios. A conversão interior, a prática dominical e a freqüência dos sacramentos são os pontos-chaves da pregação catequética. Para melhor garantir a instrução religiosa nas escolas públicas a Igreja solicita a colaboração do governo, comprometendo-se porém de certa forma com a manutenção da ordem estabelecida.

4. Na década de 60, à luz do Concílio Vaticano II, se inicia o movimento de renovação pastoral da Igreja do Brasil. Um dos enfoques principais da renovação é a libertação e a promoção humana, condições básicas para o desabrochamento da fé. A **Conferência dos Religiosos do Brasil** tornou-se um foco importante de renovação da vida religiosa, mediante a promoção de seminários, cursos e conferências, publicação de livros e de artigos na revista **Convergência**. Já há grupos significativos de religiosos trabalhando no movimento de renovação catequética. A atuação mais eficiente das Congregações Religiosas nessa tarefa de renovação depende evidentemente da assimilação de uma nova eclesiologia e de uma visão renovada da própria vida religiosa.

NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **A Igreja do Brasil na defesa dos direitos humanos,** em REB, 1977, março. 2. AZZI, RIOLANDO, **O catolicismo no Brasil,** Atualização, 1976, agosto, 766-780. 3. WETZEL, HERBERT EWALDO, **Mem de Sá, terceiro Governador-Geral (1557-1572),** Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, 255. 4. **O Mais antigo catecismo brasileiro,** em Ordem, 1952, março, 84. No elenco dos escritores da Província no Brasil, elaborado por Serafim Leite, lê-se: Pe. Antônio Araújo, lusitano, falecido no ano 1632, publicou o **Catecismo Brasílico;** Pe. Bartolomeu Leo, carioca, falecido em março de 1715, corrigiu e aumentou o Catecismo Brasílico já publicado; Pe. Inácio Leo, carioca, traduziu para o latim o Catecismo Brasílico, LEITE, SERAFIM, História da Companhia de Jesus no Brasil, Lisboa, 1938, I, Apêndice A, 533-536. 5. PIRES, HELIODORO, **A paisagem espiritual do Brasil no século XVIII,** São Paulo, 1937, 13-14. 6. AZZI, RIOLANDO, **Os Padres do Oratório, a primeira congregação religiosa brasileira,** Convergência, junho 1977, 304-319. 7. ALMEIDA, CÔN. LUÍS CASTANHO, **Formação intelectual de Feijó e do clero de sua época,** em REB, 1948, 631-632. 8. PIRES, HELIDORO, **Uma teologia jansenista no Brasil,** em REB, 1948, 333-334. 9. Idem, ver nota 5, página 106. 10. Idem, ver nota 8, página 338. 11. REIS, ARTUR CESAR FERREIRA, **A conquista espiritual da Amazônia,** São Paulo, 1942, 72. 12. TRINDADE, CÔN. RAIMUNDO, **Arquidiocese de Mariana,** São Paulo, 1928. I, 222-223. 13. AZZI, RIOLANDO, **A Ordem**

3
EXIGÊNCIAS BÁSICAS

1. ***Reta decodificação do significado e consequências da fé cristã e eclesial,***
   isto é, traduzir em experiência
   a tradição eclesial.

2. ***A relevância do comunitário.***
   - ◆ Valores, atitudes, percepções,
     são vivenciados em comunidade.
   - ◆ Testemunho, participação, abertura,
     ocupam o primeiro plano.

3. ***O compromisso e a práxis social,***
   ou seja, busca de uma síntese
   porque não se pode parar num tipo
   de pastoral moral-religiosa
   ou mesmo espiritualista-carismática.

Leia à página 451:
"CATEQUESE E MOVIMENTO DE JUVENTUDE"